



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

UMA ANÁLISE LÉXICO-TERMINOLÓGICA DE NOMES COMERCIAIS NO DOMÍNIO
DOS MEDICAMENTOS

Maria Madalena da Silva de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística, na Linha de Pesquisa Léxico e Terminologia, sob a orientação da Profa. Dra. Enilde Faulstich.

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

**UMA ANÁLISE LÉXICO-TERMINOLÓGICA DE NOMES COMERCIAIS NO DOMÍNIO
DOS MEDICAMENTOS**

Maria Madalena da Silva de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora. Enilde Faulstich
(Presidente, UnB/PPGL)

Professora Doutora. Rozana Reigota Naves
(Membro efetivo, UnB/PPGL)

Doutora Patrícia Vieira Nunes Gomes
(Membro externo, INEP/MEC)

Professor Doutor. Enrique Huelva Unternbaumen
(Membro efetivo, UnB/LET)

Profa. Dra. Sandra Patrícia de Faria do Nascimento
(Membro externo, SEEDF)

Professora. Doutora. Sandra Lúcia Rodrigues da Rocha
(Membro suplente, UnB/LIP)

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte maior de todo o conhecimento, luz constante em todos os momentos,

À Professora Dra. Enilde Faulstich, pela competência e serenidade nas orientações,

Ao Jobs, Eurípedes, Tanaka, pelo apoio espiritual em todas as horas,

À minha mãe-preta Genny, pela tranquilidade, pelas orações, pelo exemplo de persistência e fé,

À minha família, pela compreensão nas minhas ausências,

À Marinita, pelas constantes reflexões e pelo carinho.

Aos amigos Luiz Henrique e Janaína que, mesmo distantes, ouviam meus desabaços e me incentivavam,

Obrigada.

RESUMO

Os pressupostos teóricos que fundamentam esta tese estão embasados no modelo construcional, estratificado e associativo, proposto por Danielle Corbin (1987), cujo objetivo é construir uma teoria sincrônica do léxico. A teoria de Corbin considera a associabilidade entre forma e sentido e a estratificação do Componente Lexical. Em nossa pesquisa, investigamos os mecanismos linguísticos que possibilitam a criação das unidades terminológicas complexas denominativas dos fármacos e as possíveis alterações morfossemânticas sofridas pelos formativos. Analisamos nomes comerciais de medicamentos e percebemos que são criados para fins comerciais, construídos de bases e afixos gregos e latinos e, por isso, a natureza semântica apresenta um significado previsível conferido pela estrutura morfológica e pela referência da unidade terminológica. Nos processos de construção dos termos complexos, o prefixo é portador de informações semânticas, pois imprimem à base a que se ligam um sentido motivado que evoca características do conceito que designam. Por sua vez, o sufixo é somente uma terminação comercial, não apresentando características significativas. A análise dos dados permitiu identificar a associatividade entre a estrutura morfológica e a interpretação semântica, ainda que motivada, e justificou a escolha da teoria funcionalista.

Palavras-Chave: Morfologia Construcional. Termos Complexos. Medicamentos.
Referência. Terminação Comercial

ABSTRACT

The theoretical assumptions underlying this thesis are grounded in Constructional stratified and associative pattern proposed by Danielle Corbin (1987), whose goal is to build a synchronic theory of the lexicon. Corbin's theory considers the associativity between form and meaning and the stratification of the Lexical Component. In our research, we investigated the linguistic mechanisms that enable the creation of complex, denominational and terminological units of drugs and possible morph semantic changes suffered by formations. We have analyzed their commercial names and realized that they are created for commercial purposes, and built from Greek and Latin bases and affixes, so the semantic nature presents a predictable meaning conferred by morphological structure and the terminological unit of reference. In the construction processes of complex terms, the prefix carries semantic information as it imprints, to the basis it is bound, motivated meaning that evokes characteristics of the concept it denotes. On the other hand, the suffix is only a commercial termination, showing no meaning features. Data analysis identified the associativity between the morphological structure and semantic interpretation, albeit motivated and justified by the choice of functionalist theory.

Keywords: Morphology. Constructional. Complex Terms. Drugs. Reference. Commercial Termination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. UM ESTUDO SOBRE O NOME	
1.1 Crátilo - a origem dos nomes	11
1.2 A linguagem e o ato de nomear	12
1.3 A função referencial do nome	14
1.4 Sentido e significado – mediadores no processo de referência	15
1.5 O nome de marca	17
1.6 A categoria gramatical e a relação nome – sentido	18
1.6.1 Os nomes de medicamentos	19
1.6.2 O nome químico	20
1.6.3 O nome genérico	21
1.6.4 O nome comercial	24
2. A NEOLOGIA EM MARCAS DE MEDICAMENTOS	
2.1 A evolução do vocabulário	27
2.2 Neologismos denominativos de medicamentos	29
2.3 A relação genérico - marca	31
2.4 A relação marca-marca	32
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
3.1 Sobre a Morfologia	35
3.2 A hipótese lexicalista em Morfologia	37
3.3 A perspectiva construcional	39
3.3.1 O Modelo SILEX.	40
3.3.2 A construção de palavras	41
3.3.3 O modelo lexical associativo	43
3.3.4 O modelo lexical estratificado	44
3.3.5 O componente lexical	46

3.3.5.1 O componente de base	47
3.3.5.2 O componente derivacional	50
3.3.5.3 O componente pós-derivacional	52
3.3.5.4 O componente convencional	53
4. METODOLOGIA: ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL	
4.1 As fontes	56
4.2 Método utilizado na análise dos dados	57
4.3. Metodologia para a análise de dados	58
5. MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DE NOMES COMERCIAIS DE MEDICAMENTOS: ANÁLISE DOS DADOS	
5.1. Tipologia dos meios de formação	65
5.2. Processos derivacionais aditivos	66
5.2.1 – Prefixação	67
5.2.2 – Sufixação	68
5.2.3 – Derivação sintagmática	70
5.2.4 - Derivação paradigmática	72
5.3 Processos composicionais.	73
5.4. Processos supressivos: amálgama	75
5.5 Nomes com formas emprestadas	76
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O avanço rápido do conhecimento e sua difusão, notadamente pelo fenômeno da globalização, faz com que termos novos sejam criados e incorporados ao acervo lexical das línguas. Nesse panorama, a inovação neológica, permanente e aberta para exprimir a modernidade, atua no processo de produção de formas e sentidos inéditos para nomear conceitos e objetos.

Ao privilegiar o processo de denominação comercial de medicamentos, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os mecanismos linguísticos que entram na criação dos nomes comerciais de fármacos e possíveis alterações morfossemânticas sofridas pelos formantes. Esta pesquisa investiga os processos de criação dos termos complexos; a natureza inicial e final da semântica dos afixos e das bases de origem greco-latina; a remotivação comercial de sufixos em medicamentos com grande tecnologia. Como hipóteses motivadoras, procuramos investigar i) se sufixos e prefixos mantêm seu conteúdo significativo inicial ao se tornarem formantes de nomes comerciais; ii) se a motivação comercial faz com que algumas terminações se tornem sufixos significativos.

A fundamentação teórica da análise léxico-terminológica de nomes comerciais de medicamentos, objeto do capítulo 3, far-se-á em observância ao modelo SILEX (Syntaxe, Interprétation, LEXique), concebido por Danielle Corbin (1987), um modelo de morfologia construcional que defende a existência de um nível morfológico autônomo dentro do componente lexical objetivando construir uma teoria do léxico capaz de atribuir uma estrutura e uma interpretação adequadas às palavras construídas, de modo a caracterizar a natureza da “gramaticalidade lexical” e de determinar as restrições das regras de formação de palavras, uma vez que, para a autora, as operações derivacionais, a operação morfológica e a interpretação semântica são indissociáveis.

O nome comercial de fármacos é um signo capaz de representação gráfica que identifica uma empresa e a distingue das demais com atividades idênticas ou similares. Esse nome passa a ser um termo, portador de conteúdo. A aceitação do termo, na área de especialidade, deve-se, inicialmente, à motivação, uma vez que ele deve evocar as características do conceito que ele

designa. Os formativos que participam da construção do termo complexo precisam sugerir o conteúdo do conceito a ser veiculado pela medicação. Nesse sentido, em Farmacologia, o que torna os termos diferentes é o fato de serem criados para fins comerciais e da formação desses termos fazerem parte elementos lexicais já existentes na língua, os quais se combinam para novas denominações.

No estudo da morfologia dos nomes de fantasia de medicamentos, abordamos a gênese histórica de alguns de seus constituintes e salvaguardamos a concepção tradicional de morfema como unidade mínima do trabalho morfológico. Assim, a análise dos formativos que integram os termos complexos assenta-se na segmentação e classificação das unidades mínimas de significação e na história de cada um dos constituintes que integram os termos, embora encontremos denominativos cuja significação global não é inteiramente composicional em relação aos seus constituintes e, nesse sentido, o nome comercial funciona como signo mínimo uma vez que alguns de seus formativos são de difícil caracterização semântica.

Neste estudo terminológico de formação dos nomes comerciais de fármacos, assumiremos o conceito de palavra construída como sendo a palavra à qual se juntam formantes – bases, prefixos e sufixos – de natureza variada, por meio de regras específicas. Assim, concebemos a formação dessa terminologia como um conjunto de procedimentos que, a partir de componentes de base e operadores afixais, produzem novas unidades terminológicas denominativas. Por serem alguns nomes comerciais termos complexos, na sua estrutura interna, se não os dois elementos que os constituem, pelo menos um deles é identificado no léxico, seja como base, seja como afixo.

Nos nomes de marcas de medicamentos, há, ainda, as denominações construídas em latim como também empréstimos de outras línguas. Esses nomes comerciais podem apresentar uma base conhecida, mas um afixo desconhecido, ou um afixo conhecido e uma base desconhecida.

Este estudo está embasado na morfologia construcional e no modelo estratificado e associativo de Corbin (1987). No primeiro capítulo apresentamos estudo do nome e do processo de referência com base no discurso de Crátilo de Platão, além de esplanarmos sobre os tipos de nomes que os medicamentos recebem. O capítulo dois é dedicado ao estudo da neologia em

marcas de medicamentos pela produtividade lexical implementada a esses nomes de marcas; discutimos, também, os processos neológicos mais frequentes na área de medicamentos. No capítulo três, apresentamos a fundamentação teórica para análise léxico-terminológica de nomes comerciais de medicamentos com base no modelo associativo e estratificado de Corbin (1987) e a atualização (1991) do modelo. A proposta do modelo é associar forma e significado para construir a estrutura morfológica e a interpretação semântica dos termos. A Metodologia adotada para a seleção das obras que fundamentam a escolha e a delimitação dos dados está presente no capítulo quatro, no qual explicitamos como procedemos a escolha e análise dos dados. O capítulo cinco discute a tipologia de construção dos nomes de comerciais de fármacos, com o apoio teórico da morfologia construcional e evidencia a natureza sígnica das unidades constitutivas desses termos, ao verificar se são ou não portadoras de significação. E, por fim, registramos as considerações finais sobre a pesquisa e apresentamos as referências bibliográficas utilizadas.

Capítulo 1

UM ESTUDO SOBRE O NOME

Este capítulo tem por objetivo apresentar a discussão, na antiguidade, em torno do ato de nomear. Embasa-se nos discursos filosóficos de Platão na obra *Crátilo*, traduzida por Souza (2010) e na *De Interpretatione* de Aristóteles. A relação semântica entre o nome e o objeto no processo de referenciação é explicitada por meio da Teoria da Referência abordada a partir de Frege (1978). Tal estudo é importante na denominação dos nomes comerciais de medicamentos, pois explicita a relação significativa que se estabelece entre o denominativo comercial - termo complexo - e seu referente que, uma vez nomeado, passa a significar por meio dos seus constituintes.

1.1 Crátilo - a origem dos nomes

Desde os pré-socráticos até o renascimento aristotélico, as discussões a respeito da linguagem eram alimentadas pelo questionamento entre o que era natural e o que era convenção. No *Crátilo* de Platão, as questões relativas aos nomes e ao ato de nomear eram o centro da discussão, portanto um marco fundamental para as reflexões sobre a linguagem, ao se estabelecer um debate sobre a adequação do que se diz com a coisa dita, ou seja, a adequação dos nomes, de acordo com Souza (2010, 391a). As personagens que assumem a palavra no texto são inspiradas pelas figuras de Sócrates, Hermógenes, discípulo fiel de Sócrates, e Crátilo, discípulo de Heráclito e mestre de Platão, antes de Sócrates.

Para Hermógenes, a linguagem é o resultado de uma convenção, de um acordo, já Sócrates sustenta que os nomes dão uma indicação da própria natureza das coisas, da representação exata dos objetos. O que se pode observar é que ser natural significava ter origens em princípios eternos e imutáveis e por isso invioláveis e ser convencional é ser o que resulta do costume e da tradição, oriundos de algum acordo ou de um contato social, praticado por membros da comunidade. (SOUZA, 2010, 387ae)

Crátilo sustenta a adequação dos nomes aos entes nomeados em conformidade com a natureza das coisas, enquanto Hermógenes propõe que os nomes são atribuídos aos seres por convenção. Sócrates afirma que é possível dizer o que é e o que não é por meio da palavra e que “o nome também é um instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, (distingui-las) tal como a lançadeira separa os fios da tela”. (SOUZA, 2010, 389a – 390b).

Platão tenta conciliar as duas teses, postulando que a linguagem é uma criação humana e, nesse sentido, convencional, e que é por meio dos nomes, que são signos linguísticos, que nos referimos ao mundo, uma vez que os nomes são elementos fundamentais da linguagem em sua relação com a realidade objetiva, extralinguística. Para o filósofo, falar é tornar-se distinto das coisas, exprimindo-as, dando-lhes nomes. Nomear é o ato que dá lugar à fala. Nessa perspectiva, a linguagem adquire sentido de lei, costume, uso (SOUZA, 2010, 383a -384a).

1.2 A linguagem e o ato de nomear

Por meio da linguagem, no ato de nomear, a essência dos nomes é apreendida. Pela nomeação, um certo vínculo é estabelecido entre um nome e o objeto que ele nomeia, e, a partir de então, o nome é usado pelo objeto, qualquer que seja ele. Na denominação comercial de medicamentos, será observado o critério para seleção desses nomes e como eles preenchem significativamente a identidade em relação ao objeto que nomeia.

Segundo Sócrates, o vocábulo *ónoma* (nome) é uma afirmação da existência do ser (*ón*) que se investiga. *Ónoma* é o ser que constitui o objeto da investigação. O nome imita o que se quer representar. Isso define a ideia de representação que consiste em revelar a natureza de cada um dos seres (SOUZA, 2010, 421a).

O próprio nome é já um conhecimento da coisa, pois, ao sabermos o nome, sabemos também as coisas e, assim, a linguagem assume papel didático como instrumento do conhecimento. Nesse sentido, a linguagem tem a função de comunicar algo sobre o mundo a outras pessoas e distinguir os

seres.

O nome também é um revelador da essência das coisas, porque se lhes assemelha, afirma Hermógenes, porém a discordância de Sócrates reside em afirmar que cada coisa tem uma essência própria. O nome parece possuir uma certa exatidão natural e não compete a qualquer um saber aplicá-lo corretamente a qualquer objeto (SOUZA, 2010, 389a).

Enfim, a questão decisiva do diálogo reside no questionamento: Pode-se ou não atingir a íntima natureza das coisas por meio da linguagem? Em oposição a Crátilo, Sócrates revela que os nomes correspondem à imagem que o homem faz das coisas, e, portanto, não às coisas propriamente. Para se atingir o conhecimento das coisas, não se deve recorrer a seus nomes, mas às idéias que eles representam.

Entendemos que criar palavras consiste em encontrar um invólucro para a idéia já existente. Não é possível identificar o nome com a coisa nem separá-los completamente. Para dar nome aos objetos, será necessário conhecê-los; mas para conhecê-los é necessário dar-lhes um nome. É a linguagem que constitui a origem e é na linguagem que se mantém a transcendência da palavra em relação à coisa nomeada, a diferença na identidade, que une e separa, no corpo mesmo dos signos, o significante e o significado. Resta-nos a questão: O conteúdo e a forma da linguagem ligam-se por natureza como quer Crátilo ou por convenção, conforme os argumentos de Hermógenes?

Nomear objetos é possível graças ao nome e à ação de usar este instrumento. A finalidade do dizer (ou nomear) consiste no ensinar e no distinguir a essência das coisas. Para Schuller (1998, p. 327), o nome não se aplica diretamente à coisa, mas sim à sua forma ou à sua ideia, uma vez que há prevalência do significado sobre o significante. Isso pode ser observado quando o nome do medicamento se refere à sua aplicação, ao órgão sobre o qual recai a sua ação. Esse é um ponto de referência, que discutiremos na seção seguinte.

1.3 A função referencial do nome

A forma sobre como as palavras podem substituir as coisas sempre intrigou os filósofos que abordaram esta questão por meio do conceito de

‘referência’, atualmente utilizado para designar a relação entre as palavras e as coisas, embora termos, tais como, ‘designação’ e ‘denotação’ também sejam utilizados. Como fenômeno semântico, a referência é a relação que existe entre uma expressão e aquilo cujo lugar ela ocupa. Aristóteles (De Interpretatione, 165a 6-8) argumenta que “em uma discussão, trazer as coisas reais sobre as quais se discute é impossível: no lugar delas, usamos seus nomes enquanto símbolos”. O nome é um som falado convencional, mas ele não existe por natureza, pois só adquire existência quando um som falado se torna símbolo, ou seja, quando um som falado ganha uma significação convencional.

Como visto anteriormente, os nomes são elementos fundamentais da linguagem em sua relação com o mundo objetivo por se vincularem com privilégio aos objetos. Segundo Brito (2003, p. 12),

[...] os nomes podem ser usados em sua função referencial de diferentes maneiras, de acordo com o modo pelo qual as descrições a que eles se vinculam identificam o referente. São as regras e as convenções de uso, mediadas por descrições, que determinam o uso bem-sucedido dos nomes.

É preciso considerar a dimensão social do uso dos nomes de medicamentos como elemento indispensável para a compreensão e a explicação do funcionamento desses termos no emprego cotidiano da língua. É a intenção que norteia a referência. Para Brito (2003, p.19), é por meio dos nomes, que são signos linguísticos, que nos referimos ao mundo. Resta compreender a relação entre a linguagem e o mundo, ou seja, a relação da linguagem com a realidade objetiva, isto é, a extralinguística.

Independentemente da natureza do objeto, a função dos nomes deixa-se apreender inequivocamente no ato de nomear. Se o nome passa a representar o objeto, cremos que a fixação da identidade do objeto referido é também central para seu emprego bem-sucedido, uma vez que os nomes são expressões referenciais para objetos particulares determinados. Como se dá a relação semântica no processo de referência para que o nome possa significar será abordado a seguir.

1.4 Sentido e significado - mediadores no processo de referência

A discussão sobre os mediadores no processo de referência, fundamental na significação dos nomes, tem como apoio os estudos de Frege (1978) que considera o significado um elemento essencial para a mediação da referência de um nome a um objeto. Para o autor, o significado (sentido) de um nome é uma descrição - ou conjunto de descrições - que caracteriza adequadamente o objeto pelo qual o nome tem a função de estar.

O objeto ao qual o termo singular ou nome se aplica é o seu referente, mas a um nome está também associado um sentido. O sentido de um nome é, por assim dizer, o seu conteúdo conceitual, isto é, um conjunto de propriedades associadas a um nome que determinam univocamente o objeto nomeado ou referido. Com relação aos denominativos dos medicamentos, o sentido se faz compreender, também, por meio de uma associação de princípios ativos e sua ação no organismo humano. Esse sentido do termo complexo explicita o modo de apresentação da sua referência.

As teorias da referência têm por objetivo investigar o papel que o sentido desempenha na vinculação dos nomes aos objetos. Na teoria descritivista fregeana, é somente por meio do sentido a que os nomes estão vinculados que eles podem desempenhar seu papel referencial, sua função semântica.

Uma teoria da referência para nomes precisa dar uma resposta à questão de como um objeto é referido por um nome próprio. Para Frege (1978, p. 63), o nome precisa ter uma referência para desempenhar corretamente sua função semântica. Mas o nome somente mediante um sentido pode chegar a referir. O sentido é, para o autor, o que medeia a referência entre o nome e o objeto. Se o objeto tiver nomes distintos não representa nenhuma dificuldade, desde que a cada um dos nomes do objeto corresponda um sentido que o ligue inequivocamente, mesmo que de modo diferente, ao objeto de referência.

Segundo a distinção de Frege (1978, p.64) entre *Sinn* (sentido) e *Bedeutung* (significado), o significado de um nome é o objeto ao qual o nome se refere, e o sentido desse nome, alguma descrição desse objeto ao qual o nome está vinculado e somente mediante a qual ele pode referir-se a esse seu portador.

As sentenças de identidade são informativas, porque expressam que diferentes termos referem o mesmo objeto de maneiras diferentes, ou seja, mediante diferentes aspectos do mesmo objeto. A questão é, então, esclarecer como se dá essa referência do nome ao objeto, mediante um de seus aspectos.

Brito (2003, p. 41), ao citar Haak (1978), utiliza-se da concepção de rede para representar a ideia de que

[...] o acesso dos nomes aos objetos do mundo seria mediado por uma rede tecida de sentidos, notadamente, descrições desses objetos. Lançada a rede, o objeto é apreendido em suas tramas, deixando evidente a estreita relação entre os nomes e suas descrições.

Pela mediação de descrições, os nomes são reunidos sob a imagem da “concepção da rede”, segundo a qual os objetos particulares são apreendidos por nomes próprios por uma rede tecida de sentidos. A aceção de “sentido” em questão é a de que nomes têm sentido uma vez que estão conectados a descrições e essa conexão é, segundo a teoria, essencial para que nomes próprios cumpram sua função de estar por objetos.

A teoria da referência baseia-se na tese de que os nomes próprios, para representarem objetos, precisam se vincular a uma descrição ou a um conjunto de descrições. A teoria entende “estar vinculado” num sentido estrito, quer dizer, no sentido de que, sem essa ligação, os nomes não podem cumprir sua função semântica.

E na linguagem de especialidade, como a relação de referência pode ser analisada? Como associar nome e coisa nomeada? Reportando aos medicamentos, essa relação semântica deve orientar-se pela necessidade de considerar adequadamente a dimensão social do uso dos termos complexos como elemento indispensável para a compreensão e a explicação do funcionamento desses termos no emprego cotidiano da língua natural.

Ao pensar em farmacologia, entendendo termo como “uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico”, como afirma Barros (2004, p.40), os nomes de medicamentos, por serem signos

linguísticos e seu conteúdo relativo a um domínio e a uma situação de uso, serão analisados considerando os aspectos forma - conteúdo, explicitando os processos de formação de palavras e o respectivo valor semântico dos seus formantes. Como o denominativo comercial dos medicamentos é um nome de marca, na seção seguinte discutiremos como ele passa a significar.

1.5 O nome de marca

Um nome de marca é um misto de significante e espaço vazio para significar, por isso, mais do que um nome, uma marca é um ato que resulta do encontro entre as convicções de uns com o talento e a criatividade lexical de outros, de acordo com Petit (2003, p.38).

Uma marca pode ser um nome, um termo, um sinal, um símbolo ou um desenho, ou uma combinação dos mesmos, com o objetivo de identificar os bens e serviços de uma empresa e diferenciá-los dos concorrentes. No contexto atual, as marcas vão muito além da função de identificação e diferenciação dos produtos em relação aos seus concorrentes ao simbolizarem qualidade e competência.

A marca está relacionada a uma imagem que objetiva criar e fixar na memória do público valores positivos, motivadores e duradouros, uma vez que uma imagem positiva influencia a obtenção de resultados consistentes. A imagem de uma empresa se expressa nos resultados da sua atuação por meio de produtos ou serviços, e tem como principal objetivo a sua afirmação nos respectivos mercados e, para o público em geral, esta imagem corresponde à tradução psicológica da identidade da organização, ou seja, à visão externa da empresa.

Embora a visibilidade da marca seja materializada nos elementos visuais e/ou nomes, a fim de diferenciá-la de outros produtos concorrentes, assegurando aos consumidores que o produto será de qualidade e que esta será mantida, atualmente é reconhecido que as marcas exercem outras funções, e entre elas uma de fundamental importância – a função de identificação – que se estrutura a partir de 3 vetores, segundo Petit (2003, p. 53): a identidade – que se relaciona ao aspecto físico e diz o que a marca é; a imagem – que explicita a forma como a marca é identificada e como é registrada na mente do consumidor; e o

posicionamento – que se relaciona à estratégia de como a marca deve ser conhecida.

O nome de uma marca nada mais é do que uma palavra na mente, ainda que um tipo especial de palavra – um denominativo. O nome de uma marca é um substantivo, um nome próprio, por isso é grafado com letra maiúscula. Todo e qualquer substantivo próprio é uma marca, seja ou não de propriedade de um indivíduo, de uma corporação ou de uma comunidade.

As marcas podem ser criadas a partir do nome dos inventores dos produtos que identificam, como Cartier, Gillette, Ferrari ou Ford. Podem ainda referir-se ao nome de um local ou região em que foram criadas ou são mais vendidas. São exemplos disso: Mont Blanc, Ibéria ou British Airways. Nomes científicos também são transformados em marcas, como Aspirina ou AAS (ácido acetilsalicílico), e nomes dos laboratórios também nomeiam medicamentos, como em Pomada Minâncora.

É fundamental que o nome dado à marca seja sugestivo, que denote um atributo importante e que possa representar uma motivação de compra de um produto. Por exemplo: Comfort é um amaciante de roupa que, por associação, sugere que o uso do produto irá conferir suavidade às roupas, assim como Fresh sugere frescura. A função publicitária da marca conduz os seus criadores a associarem aos nomes dos produtos elementos emocionais que possam despertar o desejo de posse pelos consumidores. Para reforçar esse pensamento tão presente no universo das marcas, é preciso levar em consideração a importância que as marcas representam no contexto atual, o que exige das empresas a sua correta gestão, da criação à comercialização. Como os nomes comerciais de medicamentos são marcas de uma área terminológica específica, serão denominados termos e, na seção seguinte, verificaremos que sentido passam a assumir como denominativos.

1.6 A categoria gramatical e a relação nome-sentido

O nome de um medicamento, por pertencer a uma área de especialidade, é um termo. Como termo, na área de fármacos, pode tornar-se significativo a partir de parâmetros de ordem linguística, comercial e farmacológica, ao se investigar os mecanismos que entram em jogo no momento da sua criação e

utilização no domínio dos medicamentos. Lerat (1989, *apud* Faulstich (1999)), muito esclarece ao dizer que “ todo conceito é um saber acerca de um objeto, todo objeto é conceptualizado por conceito, todo conceito se exprime por um signo, todo signo significa conceito, todo signo denomina um objeto, todo objeto tem por nome um signo”.

Em razão da aparição constante de novos medicamentos e da criação de um grande número de novas marcas, a farmacologia constitui um campo privilegiado de formação lexical, e uma tipologia de modos de formação de marcas é evidenciada a partir de processos morfológicos como a derivação, a siglação, a composição, o truncamento.

No processo de derivação, ao se aglutinar a um radical um elemento morfológico – prefixo ou sufixo – é possível haver alteração da base ou é possível que a base se mantenha inalterada. Não discutiremos aqui a construção dos denominativos, isto será tratado no capítulo quatro.

A seguir, observaremos os vários nomes que um medicamento pode receber de acordo com estudos de Korolkovas e Bulckhalter (1988), Silva (2002) e informações disponibilizadas no portal da ANVISA.

1.6.1 Os nomes de medicamentos

Existem diversas regras pelas quais se rege a atribuição do nome dos novos fármacos: o nome do produto deve aproximar-se tanto quanto possível do nome da substância ativa, do nome do laboratório ou das propriedades do fármaco em questão, ou pode ser uma combinação destes; a primeira letra do nome deve ser uma das primeiras ou das últimas letras do alfabeto; o nome deve ser curto, fácil de pronunciar e deve evitar-se que se possam atribuir significados noutros idiomas. (SILVA,P., 2002, p. 18)

O conhecimento do modo de como se atribuem os nomes aos fármacos pode ajudar a compreender os seus rótulos. Por pertencer a uma área tão especializada, uma droga pode assumir uma variedade de nomes e pertencer a várias classificações. Segundo Penildon Silva (2002, p. 18), os fármacos possuem três ou mais nomes:

- a) sigla, nº de código ou designação do código;
- b) nome químico;
- c) nome registrado, patenteado, nome comercial;

- d) nome genérico ou nome oficial;
- e) sinônimos e outros nomes.

Cada um dos fármacos com patente pode ser identificado, no mínimo, por três nomes: um nome químico, um nome genérico da substância ativa, sem patente, e um nome comercial, com patente ou registrado, como nos exemplos a seguir, conforme Silva (2002, p.19)

i.

Nome químico: éster metílico do ácido [5-(propiltio)-1H-benzimidazol-2-il] carbâmico

Nome genérico: albendazol

Nome comercial: Amplazol, Zentel, Zikbeb

ii.

Nome químico: 7-cloro-1.3-diidro-1-metil-5-fenil-2H-1.4-benzodiazepina-2-ona

Nome genérico: Diazepam

Nome comercial: Valium, Valix, Somaplus.

Reconhecer os nomes que um fármaco pode receber é trabalho para especialistas, principalmente o nome genérico nomeado pelo princípio ativo; e ao químico, responsável pela descrição molecular do medicamento, como se vê a seguir.

1.6.2 O nome químico

O nome químico descreve a estrutura atômica ou molecular do fármaco e é formado da designação do componente ativo identificando-o com precisão, mas, geralmente, é demasiado complicado para o seu uso corrente, exceto em alguns fármacos simples e inorgânicos como o bicarbonato de sódio.

O nome químico é a mais segura forma de denominar um fármaco, pois enumera seus constituintes, sua função química, posição, sequência e relacionamento na estrutura molecular. Um fármaco pode ter mais de um nome químico e quanto mais complexa for a estrutura química, maior a possibilidade de ter vários nomes químicos. Isto se deve ao fato de os componentes da molécula da substância em questão poderem ser enumerados em ordem diferente ou, mesmo parcialmente, aglutinados em outra molécula conhecida cujo nome passa a fazer parte da nova substância. (KOROLKOVAS; BURCKHALTER, 1988)

Segundo a Câmara Técnica de Medicamentos do Conselho Nacional de Saúde, o nome químico deve ser grafado com letra minúscula. Um organismo oficial atribui o nome genérico e a companhia farmacêutica produtora do fármaco dá-lhe o nome comercial: o nome escolhido será único, curto e de fácil memorização, de modo que os médicos receitem o fármaco e os consumidores o procurem pelo seu nome. Por esta razão, às vezes, os nomes comerciais vinculam o fármaco ao uso para o qual está destinado. A distinção entre nome químico, nome genérico e nome comercial pode ser observada no quadro seguinte, inspirado em Korolkovas e Burckhalter (1988).

Nome químico	Nome genérico	Nome comercial
N-(4-hidroxifenil) acetamida	Paracetamol (acetaminofeno)	Tylenol
4-[4-(p-clorofenil)-4-hidroxipiperidino]-4'-fluorobutirofenoma	Haloperidol	Haldol
DL-treo-2-(metilamino)-fenilpropan-1-ol	Cloridrato de pseudoefredina	Sudafed
N'-ciano-N-metil-N'-[2-[[[5-metil-1H-imidazol-4-il)metil]tio]etil]guanidina	Cimetidina	Tagamet

Conclui-se que a denominação genérica e a comercial auxiliam o médico na prescrição do medicamento e favorecem ao consumidor sua memorização. Na subseção a seguir, abordaremos as características do nome genérico de fármacos.

1.6.3 O nome genérico

Para a ANVISA, genéricos são os medicamentos que contêm o mesmo princípio ativo, a mesma dosagem, a mesma forma farmacêutica, a mesma concentração e a mesma ação terapêutica no organismo humano que um de

marca, comprovadas por testes de referência. São comercializados somente com o nome do princípio ativo e, pelo preço, se apresentam no mercado como uma opção ao consumidor. O produtor da versão genérica de um fármaco pode dar-lhe ou não um nome comercial em função do modo como isso influencia a venda.

Por ser medicamento idêntico aos de referência, ele deve ser uma cópia fiel ao de marca, inclusive na apresentação (comprimidos, xarope, injetável, etc.) e na dosagem. Somente após ter sido testado e aprovado por laboratórios habilitados junto à ANVISA, órgão do Ministério da Saúde, é que estes medicamentos recebem o registro de "genérico" e podem ser comercializados com esta identificação.

Em lugar do nome químico, muito complexo e extenso, e do código alfanumérico que nada informa sobre a estrutura ou atividade farmacológica do medicamento, aparecem os nomes genéricos. Eles são atribuídos em função de características químicas que se refletem em propriedades farmacológicas gerais.

O nome genérico refere-se ao nome comum pelo qual um fármaco é conhecido como substância isolada, sem levar em conta o fabricante. Não é um nome simples, conciso e significativo que permita ao consumidor uma leitura significativa. É escolhido pelos órgãos oficiais e nos rótulos encontra-se sempre grafado com a inicial minúscula. (SILVA,P.; 2002).

No Brasil, a Câmara Técnica de Medicamentos do Conselho Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde, responsabiliza-se por tal escolha. Em escala mundial, contudo, a Organização Mundial de Saúde é o órgão oficial incumbido de selecionar, aprovar e divulgar os nomes oficiais de fármacos que, conforme a língua, sofrem variações no registro formal. Assim, encontramos registros como: phenobarbitalum (latim), phénobarbital (francês), phenobarbital (inglês) e fenobarbital (português). (KOROLKOVAS, *apud* SILVA,P.; 2002)

A utilização do nome genérico diminui sensivelmente o problema na identificação dos medicamentos, evitando a confusão gerada pela existência de vários nomes de fantasia para um mesmo produto. Por outro lado, apresenta-se como alternativa no uso do nome químico, o qual geralmente é longo e de difícil memorização. Como padronização, segundo Korolkovas & Burckhalter

(1988), os nomes genéricos utilizados no Brasil devem seguir a chamada Denominação Comum Brasileira (DCB).

Muitos medicamentos trazem no nome genérico algumas terminações como:

Terminação	Classe da droga	Nome genérico
- ano	Anestésicos voláteis gerais	Halotano, Enflurano
- azepam	Agentes ansiolíticos	Diazepam, Lorasepam
- azina	Agentes antipsicóticos	Clorpromazina, Tioridazina
- bital	Agentes barbitúricos hipnóticos	Secobarbital
- caína	Anestésicos locais	Cacaína, Procaína
- cilina	Penicilinas	Naficilina, Piperacilina
- iciclina	Antibiótico do tipo 'tetraciclina'	Doxiciclina, Meticiclina
- lol	Bloqueadores β -adrenergéticos	Propranolol, Metoprolol
- opril	Inibidores da enzima conversora da angiotensina	Captopril, Enalapril
- statina	Inibidores da redutase	Lovastatina, Pravastatina
- zosina	Bloqueadores de α -receptores pós-sinápticos	Terazosina, Prazosina
- micina	Antibióticos aminoglicosídicos	Estreptomina, canamicina

Uma terminação é um elemento que, ao ser agregado a uma base existente na língua, pode constituir uma nova palavra. Em farmacologia, o nome genérico de medicamentos contém terminações significativas que designam a classe da droga, como os anteriormente mencionados (KOROLKOVAS, A. & BURCKHALTER, 1988).

Para facilitar o reconhecimento da classe ou efeito farmacológico das substâncias ativas são usados ou prefixos ou terminações iguais em uma classe de medicamentos (KOROLKOVAS, 1988), por isso são terminados em -cilina os medicamentos antimicrobianos que têm ação semelhante à da penicilina (ampicilina, carbenicilina), terminados em -lol os bloqueadores β – adrenergéticos (propranolol, atenolol). Existem também medicamentos em cujo nome aparecem bases não autônomas como em cef- que agrupa os

antimicrobianos aparentados com as cefalosporinas (cefactor, cefaloridina), antibióticos inicialmente isolados do fungo *Cephalosporium*.

O que se observa é que nomes de medicamentos genéricos com sufixos comerciais que remontam a princípios ativos presentes na droga, mantêm, sim, um valor semântico. Serve de exemplo a terminação – cilina de penicilina, cuja informação de conteúdo semântico é transparente. Tal evento já não acontece com o nome comercial de medicamento, como visto a seguir.

1.6.4. O nome comercial

O nome comercial de fármacos é um signo capaz de representação gráfica que identifica uma empresa e a distingue das demais com atividades idênticas ou similares. Esse nome passa a ser um termo, portador de conteúdo. Segundo Cabré, (1993, p. 53), o termo “ especializado se forma por impulsos tecnológicos, comerciais ou científicos quando se apresenta a necessidade de delimitar com total precisão os objetos ou os conceitos de uma teoria, um método ou um procedimento.” Nesse sentido, há que se considerarem termos os nomes de fármacos, uma vez que seus significados se delimitam a uma área de conhecimento especializado, revelam-se como unidades significativas e seus formantes podem ser analisados considerando a perspectiva formal, semântica e funcional.

O nome comercial é uma denominação de fantasia atribuída às especialidades farmacêuticas que veiculam o fármaco previamente preparado pela indústria. A escolha do nome comercial de um fármaco não é uma escolha aleatória. Apesar de não serem muitos os estudos realizados nesta área, o nome atribuído a um fármaco é, sem dúvida, um fator importante no que se refere à publicidade e ao modo como uma determinada marca é processada.

Os nomes usados para identificar um determinado medicamento merecem uma análise cuidadosa, já que sua importância vai além da simples função de identificação. Não são raros os casos em que a confusão gerada pela propaganda de medicamentos, enfatizando apenas os seus nomes de fantasia (ou comerciais, ou de marcas), somada à falta de informações à disposição do consumidor, leva a problemas graves, resultantes do uso indevido de medicamentos.

A escolha do nome de fantasia para um novo medicamento é importante na medida em que esse nome vai identificar o produto, mas também vai contribuir para a sua imagem individual e para a imagem corporativa do laboratório. O nome pode, por si só, ser um fator com impacto direto sobre as vendas de um produto, condicionando as formas de divulgação e a captação de prescrição, sobretudo em áreas onde existem diversas opções terapêuticas.

O nome de fantasia - comercial ou nome de marca - é aquele registrado e protegido internacionalmente e que identifica um medicamento como produto de uma determinada indústria. Um mesmo medicamento pode ser comercializado sob muitos nomes de fantasia. Vale observar que a expressão "nome de fantasia" nada tem a ver com as características químicas ou farmacológicas dos medicamentos e é criada mais em função de uma identificação comercial dos produtos.

O nome dado a um medicamento constitui um aspecto importante, quer do ponto de vista comercial, quer do ponto de vista da sua prescrição, e existem algumas regras implícitas que otimizam a sua escolha. Uma porcentagem elevada de fármacos tem nomes comerciais que evocam algum tipo de sugestão, seja ela uma sugestão mais direta ao consumidor, seja um tipo de sugestão mais dirigido aos profissionais de saúde ou ainda um tipo de informação mais assertiva.

Há que se ressaltar que a aceitação do termo na área de especialidade deve-se, inicialmente, à motivação, porque o termo deve evocar as características do conceito que ele designa. Os elementos lexicais precisam sugerir o conteúdo do conceito. Nesse sentido, em Farmacologia, o que torna esses termos diferentes é o fato de serem criados para fins comerciais e da formação dos denominativos fazerem parte elementos lexicais já existentes na língua, os quais se combinam para a construção de novos nomes.

Por fim, ao elucidarmos que nomes os medicamentos recebem e como essa nomeação acontece, em especial a denominação comercial, apresentamos argumentos que elucidam nossos estudos.

A Tese que defendemos nesta pesquisa é determinar quais elementos lexicais apresentam um significado previsível linguístico, que lhes é conferido pela estrutura morfológica e que estrutura determina a relação entre o significado e a referência da unidade terminológica na área dos fármacos.

Neste sentido, o modelo teórico a ser utilizado é o de Corbin (1987; 1991), mais especificamente o modelo estratificado e associativo, que leva em conta a construção conjunta da estrutura morfológica e da interpretação semântica dos termos construídos por meio de seus constituintes, abordadas na Morfologia Construcional.

Com vistas a discutir a criação dos nomes de marca de medicamentos e a relação que estabelecem com outros denominativos de marca e com os medicamentos genéricos, no capítulo seguinte delineamos processos de construção desses termos complexos.

Capítulo 2

A NEOLOGIA EM MARCAS DE MEDICAMENTOS

No capítulo anterior, ressaltamos a importância fundamental do ato de nomear e o estabelecimento da referencialidade nos processos construtivos dos nomes de marca de medicamentos. Em continuidade, este capítulo tem o objetivo de evidenciar a criatividade lexical constante na construção dos denominativos comerciais dos fármacos e como se estabelecem algumas relações entre os nomes de marca e os nomes genéricos de medicamentos em alguns processos construcionais dos nomes comerciais.

2.1 A evolução do vocabulário

É inerente à língua o poder de renovação lexical, imposta pela necessidade de nomear novos objetos e estabelecer novos conceitos. Com esse objetivo, a Neologia, uma demonstração de criatividade, traduz a capacidade de criação e incorporação de novas unidades ao léxico e tem-se tornado um campo profícuo de estudos linguísticos.

A neologia apresenta divisão segundo o fenômeno. Rondeau (1984, p. 166) denomina a neologia terminológica de neonímia e seu produto de neônimo, seguido por Correia e Lemos (2005, p. 87). Para Boulanger (1984, apud ALVES, 2000, p.123), “neologia é o processo de criação de novas unidades lexicais na língua geral ou nas línguas de especialidade e neologismos, seu produto”. O autor (1990, p. 234) salienta ainda que “a criação lexical é certamente o reator que ativa a evolução linguística, pois, em razão de sua permeabilidade às mudanças da sociedade, vive, como ela, em constantes transformações”.

Na área dos fármacos, os neologismos são criações lexicais que respondem a uma necessidade mercadológica constante uma vez que a indústria farmacêutica investe sempre na pesquisa de novos medicamentos para o combate a enfermidades que surgem a cada momento e esses medicamentos precisam ser nomeados.

A inovação lexical que se constata nos nomes de marcas de medicamentos é altamente produtiva e apresenta sempre novidade formal.

Assim, muitos neologismos aparecem continuamente para atender a forças imperativas do mercado.

Constata-se, especialmente na área dos fármacos, que os neologismos têm função denominativa, uma vez que a motivação linguística na nomeação de novos produtos tem também o caráter comercial de difusão do produto e sua comercialização. Com esse objetivo, sempre por meio de uma novidade neológica formal, os nomes comerciais de fármacos visam uma exata adequação do nome ao objeto denominado, sendo essas marcas construídas por programas computacionais, embora com o apoio de linguistas.

A escolha da marca de um medicamento pode ser associada ao nome do princípio ativo, à doença, aos benefícios promovidos com a medicação, ou uma combinação de parte desses critérios ou de todos eles. Nos últimos anos, contudo, a criatividade dos laboratórios tem extrapolado esses critérios, como forma de colocar seus produtos em evidência.

As empresas farmacêuticas e laboratórios investem grandes valores objetivando encontrar a melhor denominação para o medicamento e para isso procuram obedecer a algumas regras tais como: construir denominativos que não sejam extensos e que possam ser comercializados mundialmente sem provocar conotações negativas em outros idiomas; evitar que as novas denominações se confundam com as já existentes, não contribuindo para erros nas prescrições médicas; evitar letras e combinações de letras de difícil pronúncia em outras línguas. Nos laboratórios, os profissionais responsáveis pela nomeação dos medicamentos afirmam que as consoantes "z", "k", "c" e "g" têm som forte e confiável, que as oclusivas como "p", "t", "c" possuem um som poderoso, enquanto o "l", "r" e "s" são calmantes. Estas informações foram fornecidas pelo departamento de "marketing" do laboratório Teuto.

Uma outra característica observada é transparência do nome de marca, a partir da indicação da droga. A denominação (1) Visicol para o medicamento que tem por ação tornar o cólon visível antes de uma colonoscopia, foi construída a partir da junção dos segmentos iniciais de **visí**[vel] e **col**[on]. Constata-se a regra de truncamento na construção do denominativo.

A forma de aplicação da droga - forma farmacêutica - é outro fator considerado para a construção de neologismos denominativos de marca de fármacos. O hormônio estrogênio, utilizado para reposição hormonal feminina,

é veiculado sobre a pele por meio de adesivos e esse mecanismo de aplicação permite ao medicamento a denominação de (2) Estroderm, em cuja construção há a junção do segmento inicial **estro**[gênio] e a base **derm**[e].

Um processo criativo e muito peculiar pode ser observado nas vacinas denominadas (3) Decavac e (4) Trivac em que os prefixos gregos *deca-* e *tri-* adquirem caráter mnemônico e fazem lembrar que se deve voltar, respectivamente, a cada dez e três anos, respectivamente, para a dose de reforço.

Na construção de termos denominativos, há bases que emprestam ao medicamento uma imagem de tranquilidade como os antidepressivos (5) Paxil, construído a partir da raiz latina *pax* acrescida da terminação comercial *-il*, e (6) *Serenus*. No antiandrogênico (inibidor de hormônios masculinos) (7) Androcur, a raiz grega *andro-* mantém-se significativa em relação ao objeto de ação da droga - inibir hormônios que se relacionam a homem, ao sexo masculino.

No processo de construção, os termos – nomes de marca - são construídos a partir de morfemas e processos morfológicos já existentes, principalmente, por meio de derivação e composição, embora outros meios de formação existam e designem um novo conteúdo a novos termos.

Com os nomes de marca de medicamentos, a derivação e a composição envolvem uma extensão formal da raiz num processo neológico novo e transparente porque seguem regras morfossintáticas. Mas há outros processos de formação, como as siglas e o cruzamento vocabular, em que o termo é reduzido na sua forma e um novo valor semântico pode surgir ou o novo composto terminológico tornar-se opaco na sua significação.

2.2 Neologismos denominativos de medicamentos

Vivemos em uma sociedade na qual a informação é veiculada rapidamente e, nesse sentido, os neologismos procuram condensar um número maior de informações. Com esse objetivo, processos neológicos intencionais surgem, e as palavras são construídas por processos deformacionais como “clipping” (truncamento), amálgamas (também conhecidos como “mots-valise” ou “blends”), siglas e acrônimos, altamente produtivos e inovadores no léxico.

Um acrônimo é uma palavra composta a partir das letras iniciais de outras palavras. Alguns são pronunciados letra por letra e outros são pronunciados como palavras inteiras nas quais o significante é reduzido a uma pequena unidade linguística de um lexema ou morfema. Isso pode ser observado em (8) AAS (ácido acetil salicílico) em que o acrônimo preenche os critérios de economia de discurso. A forma abreviada serve como uma espécie de independência terminológica para identificar o termo e adquire valor de maior integração dentro do grupo social. Uma vez utilizada por muitos falantes, passa a ser um termo concorrente ao nome genérico Ácido Acetil Salicílico.

Nesse processo de concorrência, o nome genérico - Ácido Acetil Salicílico - permanece na língua padrão, enquanto a forma reduzida continua a ser limitada a um determinado grupo social ou nível de discurso. A forma abreviada – AAS – é aceita no discurso e torna-se independente para alcançar uma autonomia semântica a partir do momento em que se torna mais fácil ser pronunciada ou lembrada – uma metáfora personificada. Tal fenômeno ocorre ainda com (9) AP, cujo princípio ativo **amino peridina** tem as letras iniciais tomadas para a construção do nome comercial, praticamente uma sigla.

Um outro processo de construção de palavras, incorporado por meio da neologia à área de especialidade, envolve o encurtamento de duas ou mais formas distintas – o cruzamento vocabular - podendo haver sobreposição e conservação de significado de pelo menos uma das palavras de origem. Assim, uma base pode ser finalizada pelo segmento final ou inicial de outra base. Nos exemplos a seguir, podemos verificar tal processo e constatar procedimento comum na composição de nomes comerciais de fármacos em que parte do nome do laboratório está presente no nome de marca.

- (10) Bacfar, em que -far vem do nome do laboratório Elofar,
- (11) Balcor, em que Bal- é segmento inicial do nome do laboratório Baldacci,
- (12) Doril, em que Dor- é parte inicial do nome do laboratório Dorsay,
- (13) Leotrim, em que Leo- é parte inicial do nome do Laboratório Leofarma,
- (14) Teutrin, em que Teu- é parte inicial do nome do laboratório Teuto-Brasileiro.
- (15) Ascariobel, em que – bel é segmento final do nome do laboratório Sedabel,
- (16) Bacris, em que –cris vem do nome do laboratório Cristália,
- (17) Baycuten, em que Bay- é parte inicial do nome do laboratório Bayer.

O nome do laboratório pode, também, constituir o nome comercial do medicamento, como em

(18) Alergomed , dessensibilizante do laboratório Alergomed,

(19) EMS expectorante, do laboratório EMS,

(20) Pomada Minâncora, do laboratório Minâncora.

Pode, ainda, o nome do laboratório funcionar como base do nome comercial:

(21) Deltavit – suplemento dietético do laboratório Delta,

(22) Hemovirtus pomada – um antisecretor do laboratório Virtus,

(23) Natusgel – um antiácido do laboratório Natus,

(24) Nikkhovac – um dessensibilizante do laboratório Nikkho

Ainda se utilizando desse processo, muitos laboratórios apelam a formantes afixais ou bases do latim e do grego, ou de línguas estrangeiras como o inglês, o alemão e dão ao neologismo denominativo um valor linguístico pela publicidade ou concorrência entre as marcas. Esses cruzamentos vocabulares, de fácil criação, são muito utilizados. Como exemplos em outros idiomas temos:

(25) Posdrink (Catarinense),

(26) Noacid (Infabra),

(27) Killgrip (Sedabel),

(28) Cor mio (Q.I.F.),

(29) Essen (Abbott),

(30) Lacrima Plus (Alcon),

(31) Adenocard (Libbs),

(32) Minipress (Pfizer),

(33) Exit (Farmasa),

(34) Hepato-Flux (Prodotti).

É a neologia sempre atualizando os termos complexos denominativos de fármacos.

2.3 A relação genérico-marca

O medicamento de referência ou de marca, definido pela Lei nº. 9.787 de 10 de fevereiro de 1999, é dito inovador por ser o primeiro medicamento com uma substância ativa a ser registrado para comercialização junto ao

órgão regulador do Estado, a Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA, com parâmetro de eficácia, segurança e qualidade comprovadas cientificamente. Além deste, existem os genéricos. Necessário se torna saber a relação que existe entre eles.

Além do registro que autoriza a comercialização, o medicamento necessita de uma patente que autorize a exclusividade de sua exploração, por um tempo determinado entre 10 e 20 anos, ou outros direitos de exclusividade pelo laboratório fabricante. Diferente do registro de comercialização, a concessão da patente é conferida pelo Estado, por meio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), mas com anuência da ANVISA. Quando a patente expirar, o medicamento de marca servirá de parâmetro para registros de posteriores medicamentos similares e genéricos.

O medicamento genérico é o produto que só pode ser fabricado quando o medicamento de referência não possuir mais proteção de patente ou outros direitos de exclusividade. Pode substituir o medicamento de referência, mas a intercambialidade só é possível após ter passado por testes e possuir rigorosamente as mesmas propriedades bioequivalentes: apresentar os mesmos padrões farmacocinéticos e farmacodinâmicos (mesmo princípio ativo na mesma dose e forma farmacêutica, mesma via de aplicação e indicação idênticas) que o medicamento de marca, o que prova sua eficácia. É apresentado pelo nome de seu princípio ativo, denominação química de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), e possui na embalagem, numa tarja amarela, a frase “medicamento genérico – Lei 9.787/99”. É cópia dos medicamentos de marca, sem os custos de pesquisa e de publicidade, razão por que têm um custo comercial mais reduzido.

Estas informações foram possíveis após consultas ao portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

2.4 A relação marca-marca

É indiscutível a importância da Marca em relação ao produto, tanto por parte do fabricante quanto do consumidor. No que diz respeito aos medicamentos, o nome comercial estabelece uma relação de qualidade entre a imagem do produto veiculada pelo laboratório e a sua eficácia no combate a

doenças. A imagem visual que entra em contato com o consumidor é o nome de marca do medicamento, que estabelece um parâmetro qualitativo.

É por meio do refazer neológico constante da denominação comercial dos fármacos e suas descrições que o nome dos medicamentos torna-se significativo. Nesse contexto, o nome é definido como uma marca individual e diferenciadora; é um termo que deve ser memorizado e aceito pelo consumidor. E a manutenção da fidelidade é o objetivo maior de qualquer marca. Ao laboratório cabe trabalhá-la, objetivando o mercado, a concorrência, o avanço da medicina, mas principalmente a qualidade e credibilidade do próprio medicamento.

O que estabelece o monopólio da marca de referência no mercado é o registro da patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial- INPI. Uma vez vencida a patente, as indústrias farmacêuticas investem em produtos similares, conhecidos como medicamentos de marca. Estabelece-se a relação marca-marca. Podemos citar como exemplo o medicamento de referência para disfunção erétil (35) Viagra, cuja denominação comercial vem do sânscrito e significa tigre e que, após perder a patente, tem comercializado, como alternativa, os similares de marca: (36)Tantrix, cujo nome remonta a sexo tântrico, (37) Ah-Zul (remete à cor azul da marca de referência), (38)Suvvia (venha – do italiano), (39) Dejavu (lembra o francês – já visto) e (40) Viasil, construído a partir de truncamento das bases Via[gra] + [Bra]sil).

O medicamento similar tem a qualidade assegurada pelo Ministério da Saúde, mas não passa por testes de bioequivalência. Contém o mesmo princípio ativo, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência. Deve conter na embalagem uma marca comercial ou agregar à Denominação Comum Brasileira (DCB) - o princípio ativo - o nome do laboratório fabricante. Sendo assim, não pode substituir o remédio de marca na prescrição médica, pois, apesar de ter qualidade assegurada pelo Ministério da Saúde, não passou por análises capazes de atestar se seus efeitos no paciente são exatamente iguais aos do medicamento de referência nos quesitos quantidade absorvida e velocidade, determinados pela bioequivalência. Pode diferir do medicamento de marca somente em características relativas ao

tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos.

A partir do respaldo teórico apresentado no primeiro e segundo capítulos, ou seja, a nomeação e sua referencialidade na neologia dos nomes comerciais, abordamos a seguir a teoria que fundamenta a Tese e que, posteriormente, será suporte para análise dos mecanismos de construção dos nomes comerciais de medicamentos.

Capítulo 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz, inicialmente, um retrospecto dos estudos sobre a palavra na Antiguidade. Amplia-se a partir abordagens posteriores, nas quais propostas teóricas sobre a Morfologia são apresentadas com o propósito de mostrar o avanço dos estudos morfológicos e, posteriormente, introduzir o Modelo Construcional proposto por Danielle Corbin (1987), cuja característica principal é a associabilidade entre forma e sentido do léxico, ao propor uma teoria sincrônica do léxico. Será o principal referencial teórico que sustentará a Tese.

Interessa, especialmente, à nossa Tese, a proposta atualizada do Modelo (1991) pela identificação de um sentido predizível específico aos itens afixais e pela valorização do aspecto semântico sobre o morfológico que, na construção de unidades complexas denominativas de fármacos, deve ser atentamente observado. A seguir, os estudos greco-latinos sobre a palavra.

3.1 Sobre a Morfologia

Na busca de um caminho para o melhor entendimento da realidade, os gregos enxergaram na linguagem uma relação da língua com a realidade física. A preocupação com a forma da palavra fez com que gramáticos gregos desenvolvessem, para análise das palavras, um modelo centrado na morfologia flexional, voltado para paradigmas, como declinações e conjugações. Esse modelo, denominado Palavra e Paradigma, considerava a palavra como unidade mínima de análise linguística. Os estudos da morfologia derivacional até então não haviam sido detalhados. (SILVA, 2002, p.19)

Ao estabelecerem as bases do raciocínio moderno, os gregos forneceram também os princípios fundamentais, segundo os quais a linguagem vem sendo pensada até nossos dias. Afinal, durante muitos séculos, os

estudos sobre a palavra e a linguagem, aperfeiçoados pelos gregos, conduziram as teorias e as sistematizações linguísticas na Europa.

Como visto no primeiro capítulo, o diálogo Crátilo, ao questionar a relação entre a palavra e a coisa, é basilar na filosofia helênica sobre a linguagem, apesar de Crátilo, o filósofo, não chegar a uma conclusão a respeito da diferença entre a linguagem e a realidade, pelas dificuldades naturais que o paradigma racional de Platão encontra ao investigar a realidade empírica.

Apesar de os gregos estabelecerem que a palavra é apenas nome e que não representa o ser, foi por meio dos romanos, especificamente do gramático Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), em *De língua latina*, que conceitos como flexão e derivação - *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria* - foram vislumbrados. Para o gramático, a divisão entre flexão e derivação estabelecia distinção entre sintaxe e morfologia. Enfim, as pesquisas sobre estas questões, impulsionadas e transmitidas pelos gramáticos romanos, foram responsáveis pelo progresso da gramática no Ocidente (SILVA, 2002, p.19).

Na Idade Média, embora se buscasse entendimento sobre a forma da palavra, o caráter semântico se sobrepunha ao caráter morfológico, mesmo prevalecendo o modelo de paradigma que era um instrumento que dava conta das diversas formas da palavra, para as declinações e conjugações, pois trazia à luz questionamentos acerca da forma da palavra. A partir do sec. XV, a tradição greco-romana perdeu espaço para o estudo das línguas vernáculas e exóticas.

A abordagem histórica da língua, caracterizada pelos estudos linguísticos do sec. XVII, por meio da gramática geral de Port-Royal, deu luz aos estudos comparativistas do sec. XVIII. Sir William Jones, ao perceber as semelhanças de gênese entre o sânscrito, o grego e o latim, estabeleceu princípios para os estudos entre a gramática comparada e a linguística histórica, segundo Faraco (2005, p.132).

Em 1817, Franz Bopp, linguista alemão, por meio da comparação entre as conjugações do sânscrito, persa, grego, latim e alemão, concluiu que havia afinidades fonéticas e morfológicas entre estas línguas e a existência de uma protolíngua – o indoeuropeu.

Rasmus Rask, linguista dinamarquês, a partir desses estudos, estabeleceu várias correspondências fonéticas entre palavras de significado igual e elaborou uma gramática geral e comparativa das línguas do mundo. Jacob Grimm, linguista alemão, acrescentou aos estudos de Rask o caráter histórico ao estabelecer correspondências fonéticas entre as consoantes do latim, grego, sânscrito e do ramo germânico do indo-europeu. (FARACO,2005, pp. 134 -136)

O termo morfologia veio para os estudos da forma das palavras somente no sec. XIX, à luz da Teoria da evolução das espécies e na compreensão da língua como um organismo vivo. Os estudiosos da época entenderam que o estudo sobre a evolução das palavras poderia lançar luz sobre o entendimento da evolução das línguas, da mesma forma que o estudo das formas de organismos poderia explicar a evolução das espécies na biologia. Era a época em que a Teoria Evolucionista de Darwin revolucionaria o pensamento científico. Nos estudos sobre a linguagem não foi diferente.

As idéias de que a língua era organismo vivo e, como manifestação do espírito humano, um conjunto orgânico composto por uma forma externa (sons), estruturada e dotada de sentido por uma forma interna, peculiar a cada língua, fizeram de Wilhelm Von Humboldt, linguista alemão, precursor do estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure, dando maior ênfase ao estudo da linguagem e a seu caráter sociocultural (MUSSALIM;BENTES,2004, p.44).

A partir do Estruturalismo Europeu com Saussure e do Estruturalismo Norte-Americano, Edward Sapir e Leonard Bloomfield, no sec. XX, condicionados à análise descritiva de centenas de línguas ameríndias, estenderam a noção de fonema como unidade mínima de som de um sistema linguístico para a noção de morfema, como a unidade mínima distintiva nos estudos da morfologia e na composição das palavras, segundo Mussalim e Bentes (2004). A noção de morfema tornou-se o centro dos estudos morfológicos da linguística de Bloomfield e Sapir, conhecida também como Item e Arranjo. Os morfemas - as menores unidades de significado lexical e gramatical - na concepção estruturalista, objetivava arranjos para formar palavras. Neste período, foram feitas as classificações e a segmentação dos morfemas em formas livres e formas presas.

O Estruturalismo Norte-Americano foi muito promissor e produtivo para os estudos da morfologia, considerada como a gramática interna das palavras em detrimento da sintaxe e da semântica. Mas o gerativismo de Noam Chomsky introduziu uma nova concepção nos estudos da linguagem. Com a noção de competência e a busca desta competência na mente do falante nativo, tem-se uma nova fase na morfologia e a formação da palavra poderia ser explicada pela sintaxe e pela fonologia. Para Chomsky, o componente sintático tinha a função geradora; o fonológico, a imagem acústica da estrutura elaborada pelo componente sintático, e o semântico, a interpretação dessa imagem. (MUSSALIM; BENTES,2004, p.111)

3.2 A hipótese lexicalista em morfologia

Ao propor uma abordagem lexical, Chomsky resgata a morfologia nos estudos linguísticos, ao acenar com a possibilidade de incluir a nominalização no escopo lexical e não mais no âmbito sintático. A sugestão foi a de que a morfologia tivesse uma autonomia em relação à sintaxe dentro da teoria gerativa, e, conseqüentemente, surgiu a necessidade da criação de um modelo teórico que descrevesse e explicasse a competência lexical do falante. A hipótese lexicalista defende, portanto, que a formação de uma palavra por meio da derivação ocorre no léxico e não na sintaxe (ARRAES, 2006, p.28).

A proposta lexicalista pressupõe duas vertentes teóricas: a primeira delas, a vertente mais forte, afirma que os processos de formação de palavras e os processos flexionais ocorrem no léxico, portanto fora da sintaxe. Nesse sentido, a noção de integridade lexical impede o empreendimento de regras sintáticas em elementos de estrutura morfológica. Arraes (2006, p. 32) afirma que

[...] a Hipótese Lexicalista Forte, representada por Halle (1973) e Jackendoff (1975) considera a morfologia um fenômeno unicamente lexical, sem fazer distinção entre os processos derivacionais (relacionados com a estrutura interna das palavras) e os processos flexionais (relacionados com as categorias morfossintáticas).

Já a segunda vertente teórica, a Hipótese Lexicalista Fraca, de natureza mais amena, diz que nem todos os fenômenos podem ser resolvidos sem a interação entre sintaxe e morfologia. Este modelo, menos radical, faz uma distinção mais clara entre morfologia derivacional, tratada no léxico, e morfologia flexional, tratada pela sintaxe. Dele também compartilham Basílio (1980) e Corbin (1987) ao concordarem que os processos flexionais, sendo sintaticamente motivados, não estariam presentes no léxico. (ARRAES, 2006, p. 32)

Com a publicação de *Prolegomena to a Theory of Wordformation* (1973), Halle, segundo Arraes (2006, p. 36), apresentou a primeira proposta teórica de um componente morfológico autônomo dentro da Gramática Gerativa, ao estabelecer que o léxico aparece ao lado da sintaxe e da fonologia. Arraes (2006, p.37) observa que o modelo de Halle estipula dois tipos de Regras de Formação de Palavras: o primeiro tipo permite a combinação de morfemas radicais para formar palavras, enquanto o segundo tipo dá conta das palavras morfológicamente complexas que se originam a partir de bases. Esse modelo baseia-se no morfema como unidade mínima e básica da morfologia: o autor parte do princípio de que o léxico contém uma lista de morfemas que são o *input* das RFPs. Os falantes nativos têm acesso a um repertório de morfemas (bases, radicais, afixos) que se agrupam para formar derivados e compostos, seguindo as regras específicas de formação de palavras. Para Arraes (op. cit., p. 49), as palavras possíveis são palavras novas formadas por regras regulares e que podem ser criadas pelos falantes. As palavras existentes são membros de um inventário de entradas que não são resultado de uma morfologia regular, embora possam ter sido formadas por regras regulares. “A presença e persistência destas palavras no léxico podem mudar seu significado, fazendo com que não signifiquem o que deveriam significar e não pareçam o que deveriam parecer.”

3.3 A perspectiva construcional

A Morfologia Construcional tem orientação gerativista na medida em que reconhece a competência linguística como faculdade inata do ser humano, ou seja, há um sistema de regras interiorizado que permite produzir e interpretar

um número infinito de palavras construídas, inclusive as não conhecidas (CORBIN,1987, p.47). Nossa pesquisa, embora se sustente teoricamente no modelo SILEX, tem compromisso, apenas, com o potencial descritivo do modelo, a seguir apresentado.

3.3.1 O modelo SILEX

O modelo SILEX (Syntaxe, Interprétation, LEXique), um modelo de morfologia construcional, foi concebido por Danielle Corbin e por investigadores da Universidade de Lille III (França) e se caracteriza por ser uma teoria que permite, em especial, desenvolver um nível derivacional autônomo que contém as regras específicas de construção de palavras.

Ao rejeitar a proposta de derivação das palavras por meio de regras transformacionais, Corbin corrobora a proposta lexicalista e defende a existência de um nível morfológico autônomo dentro do componente lexical. Corbin (1987, p.1)¹ se propõe a:

- i) construir uma teoria sincrônica do léxico susceptível de atribuir uma estrutura e uma interpretação adequadas às palavras construídas do francês, atestadas ou não;
- ii) caracterizar a natureza da "gramaticalidade lexical", e
- iii) determinar os tipos de condicionantes que governam a aplicação e definem a especificidade das regras de construção das palavras (doravante RCP).

O modelo SILEX objetiva, portanto, construir uma teoria sincrônica do léxico capaz de atribuir uma estrutura e uma interpretação adequadas às palavras construídas, de modo a caracterizar a natureza da "gramaticalidade lexical" e de determinar as restrições das regras de formação de palavras, uma vez que as operações derivacionais, a operação morfológica e a interpretação semântica são indissociáveis (CORBIN, 1987,p.1).

Corbin sedimenta seu modelo na distinção, considerada fundamental, entre palavras "existentes" – que designam as palavras atestadas em

¹ [...] construire une théorie synchronique du lexique susceptible d'assigner une structure et une interprétation adéquates aux mots construits du français, attestés ou non, de caractériser la nature de la "grammaticalité lexicale", et de déterminer de la sorte les contraintes qui gouvernent l'application et définissent la spécificité des règles de construction des mots (désormais RCM)".

dicionários, ou aquelas que o falante julga fazer parte de sua língua ou que não são excluídas pelas regras da língua – e palavras “possíveis” que se referem àquelas construídas de acordo com regra de construção de palavras (RCPs), mas não registradas em dicionários nem atestadas. (CORBIN, 1987, p. 420).

3.3.2 A construção de palavras

Na construção de palavras, segundo Corbin (1987), o falante se utiliza de dois processos: a memorização e a formalização de uma regra. O primeiro processo permite a formação de novas palavras pelos falantes; o segundo permite que eles prevejam a junção de uma base + afixo, por exemplo, na formação de uma palavra. Por meio desses dois aspectos, pode-se dizer que o modelo de Corbin questiona as condições de análise da estrutura interna das palavras, as RFPs, e procura explicar a dificuldade encontrada, muitas vezes, em se associar a estrutura morfológica à interpretação semântica de uma palavra.

Nesta pesquisa, ao analisarmos os denominativos comerciais de medicamentos, ater-nos-emos, principalmente, às unidades constitutivas desses termos e verificaremos se elas têm natureza sígnica, se são ou não portadoras de significação, uma vez que as denominações comerciais dos fármacos são construídas a partir de programas computacionais.

Corbin (1987, p.436) considera o morfema a unidade mínima do trabalho morfológico. Por possuir propriedades fonológicas, morfológicas, semânticas e morfossintáticas, o morfema tem o *status* de entrada lexical, e poderá servir de base não-autônoma no processo de formação de uma nova palavra. Nesse sentido, o modelo construcional, ao objetivar uma descrição associativa e estratificada do léxico, sugere métodos que procuram dar conta da análise morfolexical, como a aceitação de bases possíveis, bases não-autônomas, regras de construção de palavras, regras de estrutura interna, regras de alomorfia, de truncamento e regras de integração paradigmática.

A Morfologia Construcional reconhece os sufixos como entradas lexicais de base. Como são entradas lexicais, eles devem ser categorizados, no entanto, não têm a mesma natureza das categorias maiores. O modelo

identifica, então, uma categoria [Afixo] que abrange os prefixos e os sufixos, os quais compartilham o que Corbin nomeia de "generalização importante", pois são as únicas entradas lexicais que, em sua totalidade, não podem ser inseridas em estado autônomo nas estruturas sintáticas (CORBIN, 1987, p. 440).

Tendo em vista os aspectos relevantes para o desenvolvimento da presente pesquisa, serão apresentadas as características principais do modelo SILEX. São obras fundamentais para o entendimento do modelo SILEX - Corbin 1987 e 1991. O modelo SILEX será empregado aqui especificamente em seu aspecto descritivo, objetivando analisar e descrever os processos morfológicos possíveis no âmbito de terminologias comerciais de medicamentos, uma vez que são pouco expressivas as pesquisas linguísticas envolvendo questões morfológicas nessa área.

Por ser um modelo claramente associativo, porque relaciona a estrutura morfológica (forma) da palavra à interpretação semântica (sentido), será observado não só o caráter sincrônico do modelo, ao considerarmos as terminologias atuais de fármacos. Também, ao analisarmos os formantes, normalmente de bases latina e grega, o caráter histórico dos formativos será evidenciado. O modelo associativo e estratificado do léxico permite-nos direcionar nosso estudo, especificamente, para as bases, prefixos e sufixos.

Em contrapartida, pouca investigação tem sido feita sobre os processos de formação de nomes comerciais na área dos fármacos. Objetiva-se, portanto, desenvolver não apenas descrições desses processos, mas também a reflexão teórica que, por um lado, fundamente essas descrições e, por outro, permita compreender melhor o fenômeno da inovação terminológica denominativa dos fármacos, de uma perspectiva mais ampla, o da inovação lexical. Segundo Correia (2004):

Os termos são unidades lexicais de facto e os mesmos processos presentes na construção de palavras da língua corrente podem ocorrer na construção de terminologias específicas. Os termos são, por inerência, portadores de significado referencial e não apenas de

significado discursivo. Dito de outro modo, os termos têm necessariamente a capacidade de constituírem denominações, isto é, de permitirem o estabelecimento de relações estáveis e codificadas entre um significante e uma categoria de entidades.²

Nas terminologias específicas, os termos complexos adquirem significado referencial e tornam-se denominativos, o que corrobora o que Corbin (1991) diz quando ressalta que o trabalho sobre o léxico deve transpor a evidências das palavras existentes, deve haver o recuo do real, como em todo trabalho de base científica:

[...] uma descrição não trivial do léxico construído implica livrar-se das evidências observáveis, quer dizer, aceitar que a imagem do léxico refletida pela gramática não é o reflexo imediato do observável, mesmo se o objeto da gramática é explicar os fenômenos observáveis. Em resumo, é preciso aceitar a abstração neste domínio, como aceitamos naturalmente em outros (CORBIN, 1991, p.10)³

Quando se opera com terminologias, especificamente no aspecto construcional dos termos denominativos de nomes comerciais, o léxico não reflete claramente as descrições observáveis refletidas pela gramática, pois há termos construídos que extrapolam as RCPs.

3.3.3 O modelo lexical associativo

O modelo SILEX, em vez de propor análises baseadas na evidência do léxico observável, propõe uma análise baseada na estratificação e na reconstrução do léxico descritível; em vez de dar prioridade à análise

² Comunicação oral da autora.

³ [...] une description non triviale du lexique construit implique d'abord de se libérer des fausses évidences observables, c'est-à-dire d'accepter que l'image du lexique renvoyée par la grammaire ne soit pas le reflet immediate de l'observable, meme si l'objectif de la grammaire est d'expliquer les phénomènes observables. En bref il s'agit d'accepter l'abstraction dans domaine connie on l'accepte naturellement ailleurs".

morfológica sobre a análise semântica, propõe uma análise que associa forma e significado (CORBIN, 1987, p. 221-255).

Por 'modelo associativo' entende-se aquele cujas RCPs permitem, construir conjuntamente a estrutura morfológica e a interpretação semântica das palavras construídas, defendendo que as possíveis distorções reais entre a estrutura morfológica e a interpretação semântica, mesmo numerosas, não constituem um argumento suficiente para dissociar os dois níveis. Em consequência, Corbin rejeita o modelo dissociativo, caracterizado por separar os níveis morfológico e semântico e por considerar, em geral, que o nível semântico interpreta as estruturas morfológicas.

O modelo associativo tem, portanto, o mérito essencial de prover o meio de definir a especificidade de um fenômeno derivacional e de situar a morfologia derivacional no campo dos estudos lexicais, avanço não permitido pelo modelo dissociativo, porque subordina a semântica à morfologia, ou vice-versa.

3.3.4 O Modelo lexical estratificado (CORBIN, 1991)

Objetivando a construção do significado das palavras construídas, Corbin desenvolve um componente lexical definido como um conjunto de níveis hierarquizados e ordenados de itens lexicais, considerando a regularidade e as irregularidades e operações que incidem sobre eles.

Por este ser um estudo terminológico na formação dos nomes comerciais de fármacos, assumiremos o conceito de palavra construída como a palavra à qual se juntam formantes – bases, prefixos e sufixos – de natureza variada. Assim, concebemos a formação dos termos como um conjunto de procedimentos que, a partir de componentes de base e de operadores afixais, produzem novas unidades terminológicas denominativas, mesmo quando construídas por meios tecnológicos computacionais.

Com esse fim, os itens lexicais e as suas respectivas operações foram situados em quatro níveis distintos dentro do componente lexical, descrito em Corbin (1991, p. 19) e representado a seguir:

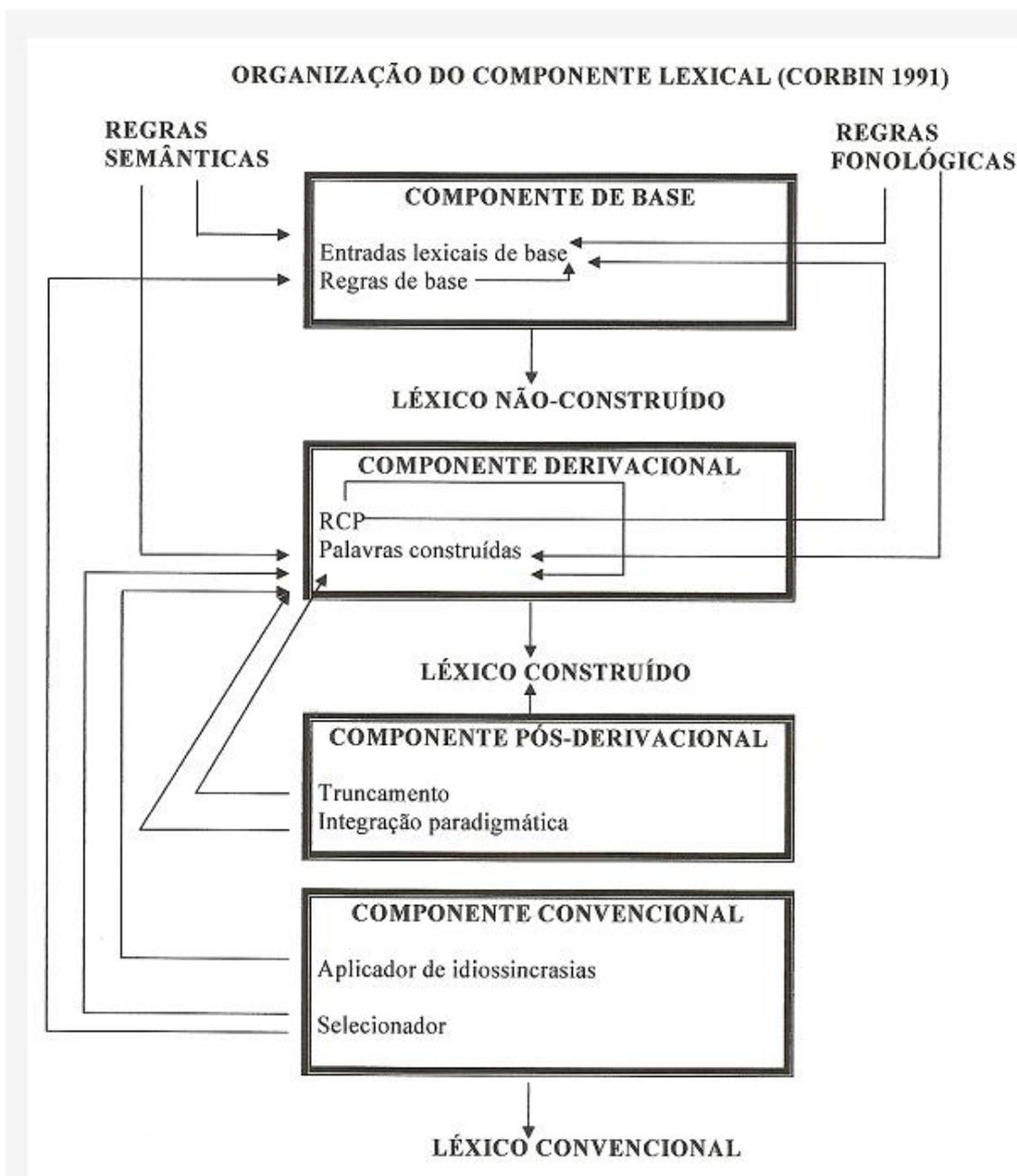
- 1) Um nível de base, fundamentalmente idiossincrático, que comporta as palavras não-construídas e todos os elementos a partir dos quais as

palavras complexas são construídas. Estes itens possuem todas as propriedades inerentes imprevisíveis. As regularidades formais, semânticas e estruturais, eventualmente verificadas neste nível, são tratadas por meio de regras de base, que funcionam como regras de redundância com função descritiva e avaliativa.

- 2) **Um nível derivacional**, fundamentalmente regular, onde as regras de construção de palavras (RCP) têm o poder, a partir dos itens de base, de gerar uma infinidade de palavras construídas cujas propriedades são previsíveis.
- 3) **Um nível pós-derivacional**, que é constituído por operações pós-derivacionais que permitem tratar as formas não-lexicalizáveis construídas pelas RCPs.
- 4) **Um nível convencional**, lugar das sub-regularidades e das idiosincrasias reversíveis, onde o léxico construído “de direito” se transforma por filtragens sucessivas, em um “léxico de fato”, com todos os ajustamentos e as modificações necessários.

No quadro a seguir, a configuração organizacional do componente lexical é claramente estruturada e permite melhor visualização do Modelo de Corbin (1991).

3.3.5 O componente lexical



Observa-se que, a partir das entradas lexicais de base, situadas no componente de base, as RCPs, é produzida uma infinidade de palavras construídas possíveis, portadora de todas as propriedades previsíveis. As palavras construídas possíveis, do componente derivacional, são então submetidas aos filtros sucessivos do componente pós-derivacional. O produto do componente convencional é o léxico convencional, quer dizer, o conjunto lexicalizado instável das palavras e propriedades resultantes da ação dos filtros

sucessivos sobre o produto do componente derivacional e sobre as entradas lexicais de base. A seguir, comentamos o conteúdo de cada nível do componente lexical.

3.3.5.1 Componente de base

O componente de base contém as estruturas básicas – bases e afixos – indispensáveis à produção de novos itens lexicais. Este componente comporta dois níveis: o nível das entradas lexicais de base e um nível de operações, denominadas "regras de base", que têm a função de avaliar as regularidades não-derivacionais das entradas lexicais de base. A seguir, será abordada a descrição das regras de base, em especial, das regras de estrutura interna (REI), que permitem a identificação de uma estrutura complexa, mas não-construída, quer dizer, de uma estrutura não-derivada.

As palavras construídas, que também são palavras complexas, não estão inseridas no componente de base, uma vez que são o produto de uma regra de construção de palavra (RCP), produto do componente derivacional. Assim Corbin (1987, pp. 458-459) apresenta as definições das referidas palavras:

As palavras construídas são as palavras cuja estrutura morfológica e significado estão inteiramente sobrepostos [...]. As palavras complexas não-construídas são palavras cuja estrutura interna e significado estão parcialmente sobrepostos, porque nem todos constituintes de sua estrutura interna pertencem à lista das entradas lexicais. A regularidade destas palavras estão a cargo das REI. As palavras não-construídas são as palavras cuja eventual estrutura interna e significado não estão de modo algum sobrepostos.⁴

⁴ "Les mots construits sont les mots dont la structure morphologique et le sens sont entièrement superposables, [...]. Les mots complexes non construits sont des mots dont la structure interne et le sens ne sont que partiellement superposables, parce que les constituents de leur structure interne n' appartiennent pas tous à la liste des entrées lexicales. Leurs régularité sont du ressort des RSI. Les mots non construits sont des mots dont l'éventuelle structure interne et le sens ne sont pas du tout superposables".

A regra de estrutura interna (REI), regra de base, que tem por função legitimar as propriedades estruturais das palavras complexas não-construídas, será observada na construção dos termos complexos denominativos de fármacos.

A REI se refere às entradas lexicais que têm uma estrutura interna, mas que não são construídas, o que significa dizer, têm uma estrutura morfológica e um significado parcialmente sobrepostos. Corbin, ao elaborar a REI, estabelece uma proposta para a análise de unidades lexicais complexas, mas que não são analisáveis segundo uma regra de construção de palavras (RCPs). A REI serve para analisar estruturas que dispõem de um constituinte que não tem estatuto sígnico e, conseqüentemente, não é portador de significado.

Na denominação comercial dos fármacos, alguns formantes, para atenderem a apelos comerciais, não têm estatuto sígnico em função de sofrerem processos deformacionais na construção dos termos complexos. Em muitos termos, esses constituintes podem ser uma base, um prefixo e, acentuadamente, um sufixo que não apresenta outras informações a não ser sua representação fonológica e, mesmo com aparência de sufixo, não é inventariado como Componente de Base e não passa de mera finalização de palavras, à qual chamaremos, inicialmente, de sufixo comercial. Servem de exemplos os nomes de marca Rariplex, Mictasol, Nizoral, em os segmentos -ex, -ol, -al são meras terminações comerciais.

No que se refere aos dados desta pesquisa, a REI mostrou-se adequada para a análise de diversas unidades terminológicas construídas e importadas. No campo de aplicação, “ as regras de estrutura interna se aplicam às entradas lexicais complexas, quer dizer, às entradas providas de uma estrutura interna em que ao menos um dos constituintes não é uma entrada lexical.” (CORBIN (1987, p.457)⁵

Um constituinte somente é considerado base de uma estrutura se este segmento cumpre determinadas condições. O afixo também precisa cumprir determinadas exigências. Dessa forma, para determinar quais seriam essas

⁵ "Les regles de structure interne s'appliquent aux entrées lexicales complexes, c' est-à-dire aux entrées pourvues d'une structure interne dont au moins l'un des constituants n'est pas lui-même une entrée lexical".

condições em relação à base e ao afixo, Corbin (1987) estabelece, respectivamente, princípios de delimitação da base e princípio de delimitação do afixo, que são:

Princípios de delimitação da base

- estar conforme as propriedades silábicas de uma língua;
- pertencer a uma categoria lexical maior;
- ser interpretável;
- ser dotado de propriedades sintáticas;
- ser usado para construir outras palavras, atestadas ou não;
- as palavras construídas com o auxílio do afixo mantêm com a base relações semânticas e sintáticas reproduzíveis em outros pares que apresentam a mesma relação formal (CORBIN, 1987, p. 186).⁶

Princípio de delimitação do afixo

Um segmento Y de uma palavra complexa X pode ser listado entre as entradas afixais marcadas pela categoria [afixo] se e somente se este serve para construir outras palavras complexas que mantêm com a base, [...], as mesmas relações categoriais e semânticas que X mantêm com a sua (CORBIN, 1987, p. 458).⁷

Ao elucidar os princípios de delimitação da base e o princípio de delimitação do afixo, uma vez que bases e afixos são estruturas fundamentais

⁶[...] - il est conforme aux propriétés syllabiques du une langue;

- il est catégorisable dans une catégorie majeure;

- il est interprétable;

- il est doté de propriétés syntaxiques;

- il est utilisable pour construire d' autres mots, attestés ou non;

- les mots construits sur lui à l'aide d'un affixe entretiennent avec lui des relations sémantiques et syntaxiques reproductibles sur d'autres paires qui présentent la même relation formelle".

⁷ "Un segment Y d'un mot complexe X peut être listé parmi les entrées lexicales marquées de la catégorie [Affixe] si et seulement si il sert à construire d'autres mots complexes qui entretiennent avec leur base, [...], les mêmes relations catégorielles et sémantiques que X avec la sienne".

à produção de novos itens lexicais, esclarecemos, a seguir, como se comporta o componente responsável pela construção dos termos complexos.

3.3.5.2 Componente derivacional

O componente derivacional é concebido como um conjunto de operações de construção de itens lexicais a partir dos materiais fornecidos pelas entradas lexicais. É o único componente lexical gerativo. As operações de construção são nomeadas, por Corbin, de "regles de construction de mots" (RCM) (regras de construção de palavras (RCPs)). As RCPs têm as seguintes propriedades:

- são operações orientadas - a partir dos materiais de base (entradas lexicais maiores e afixais, palavras construídas), é construído um produto derivado (palavras construídas);
- são operações sensíveis ao contexto, ou seja, sujeitas às condições locais de aplicação.
- são operações modulares na medida em que os módulos são submetidos às exigências próprias e solidárias uns com os outros: a aplicação de uma RCP associa intimamente a construção de uma estrutura morfológica e semântica, com a atribuição à palavra construída de um conjunto de propriedades de ordem sintática, morfológica, formal e semântica, por meio da RCP e da operação morfológica em questão.

Ao delimitar o conteúdo dos módulos constituintes de uma RCP, Corbin especifica, o mais precisamente possível, o que representa a aplicação das RCPs (restritas às regras de afixação e de conversão, em detrimento das regras de composição). O conteúdo de uma RCP é constituído pelos seguintes módulos:

- 1) uma ou várias regras de construção da estrutura de palavras (RCEP)

A operação de construção da estrutura morfológica, correspondente a uma RCP, pode dispor de três estruturas morfológicas abstratas: a prefixação, a sufixação e a conversão.

1. Prefixação [(Y)af [X]c]C
2. Sufixação [[X]c (Y)af]C

Nesta pesquisa não nos utilizaremos da estrutura morfológica de Conversão -[X]c]c - uma vez que não há mudança categorial em nomes comerciais de medicamentos.

2) uma regra de construção de estrutura semântica

A operação semântica associada à RCP se caracteriza pelas seguintes propriedades:

- 1) A operação semântica está a cargo da RCP, e não dos afixos que, deste ponto de vista, não têm papel semântico independente da RCP à qual estão associados. Isto implica considerar que uma mesma operação semântica pode estar associada a várias estruturas morfológicas diferentes, sem haver necessidade de unicidade categorial.
- 2) A cada RCP está associada somente uma operação semântica;
- 3) Convém definir a operação semântica associada a uma RCP de modo "abstrato" para que esta seja independente de todas as atualizações pragmáticas ligadas ao fato de a língua designar o mundo.

A estrutura semântica de uma palavra comporta diversos níveis e tipos de significação. O conteúdo de uma unidade lexical compreende um componente categorizador, que a inclui numa dada categoria gramatical, e um outro que a integra numa categoria semântica (classe/campo lexical). Para além destas, a estrutura semântica de uma palavra comporta igualmente propriedades (mais ou menos) típicas, e propriedades que podem ser, de tal modo, particulares e especializadas que fazem parte do nível idiossincrático da sua significação. (RIO-TORTO, 1998, p.111)

A operação semântica associada a uma regra delimita o que é passível de previsão no significado das palavras construídas, e pode ter diversos graus de precisão.

O modelo SILEX, na sua atualização (1991), aponta que o significado previsível de uma palavra construída é-lhe inerente e o fato de o seu significado atestado, que se identifica com o significado referencial, muitas vezes, não coincidir com ele pode ser explicado dos seguintes modos:

a) a aplicação de regras semânticas em diversas etapas da derivação pode “mascarar” o significado descritivo de uma palavra construída;

b) uma palavra construída tem uma referência extralinguística, o que faz com que um mesmo significado previsível possa ter diversas concretizações em domínios de referência diferentes, o que proporciona o efeito de uma heterogeneidade que é apenas superficial, mas que mascara também o significado previsível e regular da palavra construída;

3) um paradigma morfológico (PM) contendo todos os meios morfológicos de que a RCP dispõe. O conjunto de meios morfológicos de que dispõe cada RCP determina o paradigma morfológico. A cada RCP está associado um paradigma de processos morfológicos que podem, em certos casos, se reduzirem a um só.

4) um conjunto de condicionantes categoriais e semânticos (CCS) restringindo o tipo de base a que uma RCP pode se aplicar. A aplicação de cada RCP está sujeita aos condicionantes locais que restringem seu poder. Os condicionantes podem ser categoriais (sem unicidade categorial) e semânticos.

5) um mecanismo de seleção e de inserção lexical (SIL). Este mecanismo é responsável pela inserção na palavra dos traços diacríticos do afixo (como o traço de gênero) ou da conversão, assim como alguns traços da base.

O conteúdo de uma RCP é constituído pelos cinco instrumentos descritos e que podem ser ilustrados pela fórmula:

$RCP = nRCSM + RCSS + PM + CCS + SIL$ em que n designa um número entre 1 e 3.

3.3.5.3 Componente pós-derivacional

O componente pós-derivacional se ocupa das operações pós-derivacionais que permitem reajustar as formas não-lexicalizáveis construídas pelas RCPs. É constituído por regras de truncamento de tipo morfológico e regras de integração paradigmática.

Corbin (1991, p. 22) apresenta os exemplos seguintes para as regras de truncamento em (1) e para a regra de integração paradigmática em (2):

(1) $communisteA \rightarrow \text{suf is(er) + communistis(er)y} \Rightarrow \text{communis(er)y}$ estrutura (simplificada) de $communis(er) \text{ [[communiste]A (is(er))af <T. iste +>]y}$

(2) $gripp_N \rightarrow \text{pref. anti}^\circ \text{antigrippeA} \Rightarrow \text{ip. al antigrippalA}$

estrutura de antigrippe/antigrippal: [(anti)af<IP±> [grippe]N]A

Em (1) a aplicação da regra de truncamento é obrigatória e é por meio dela que se tem a supressão do sufixo --iste para a inserção do sufixo verbal -is(er). No caso (2), entretanto, a aplicação da regra é facultativa, porque a unidade lexical antigrippe é uma formação aceitável como adjetivo, assim como o adjetivo antigrippal, com a marca explícita do sufixo adjetival -al.

Em relação aos nomes comerciais de medicamentos, a regra de truncamento atua na base Malv[a] para a construção dos denominativos Malvol e Malvona: a mesma base nominal sofre acréscimo das terminações –ol e –ona, distinguindo fórmulas diferentes, com o mesmo princípio ativo. O mesmo pode ser percebido em Cicatrene, construído a partir do apagamento final da base cicatr[iz] e o acréscimo da terminação -ene, e Cicatrizan, com o acréscimo da terminação -an. Os denominativos foram construídos por meio da regra de truncamento e da regra de integração paradigmática, embora as terminações –ene e –izan não interfiram na mudança de categoria do nome comercial.

3.3.5.4 Componente convencional

Por fim, o nível convencional tem por função atribuir a configuração formal e semântica final com que a palavra se apresenta no léxico. É função do componente convencional explicitar as propriedades formais e/ou semânticas diferenciadas, idiossincráticas. A construção do convencional se faz pela interação de diversos domínios com o da estruturação sistêmica dos produtos lexicais. (RIO-TORTO,1998, p.81)

O componente convencional tem a função de dar conta do léxico convencional. Este componente comporta como dispositivos: o aplicador de idiossincrasias e o selecionador.

O aplicador de idiossincrasias limita-se ao tratamento das palavras construídas cuja propriedade não está condizente com o que deveria estar, sem a possibilidade de explicar tal distanciamento. Por exemplo, este dispositivo deverá transformar o adjetivo possível *dissolvável, construído a partir do verbo dissolver, em dissolúvel. Este exemplo foi apresentado por Corbin (1991, p. 23): o aplicador de idiossincrasia deverá transformar o adjetivo

possível *dissolvable, normalmente construído a partir do verbo *dissoudre*, no adjetivo *dissoluble*. Segundo Corbin, o [y] pode ser considerado como a vocalização do [v] final da base diante de [b]. Em português, no entanto, esta vocalização não funciona, mas em latim é possível dar essa explicação se observarmos que *dissolubilis* formou-se a partir do verbo *dissolvere*; a afixação de -bil pode ter implicado a vocalização do [v].

O selecionador é encarregado de reduzir o léxico construído ao léxico atestado, quer dizer, de apresentar uma fotografia do estado do léxico em um dado momento. Ele se aplica às entradas lexicais de base para selecionar aquelas que são atestadas, e às palavras construídas e às suas propriedades.

O domínio do convencional apresenta-se como um dos mais fragmentados, já que ele recorre a diferentes setores e a diferentes níveis da estrutura da língua para construir a sua identidade. Ele é responsável pela modelagem final dos produtos lexicais.

A Morfologia Construcional, bem como o conceito de palavra construída proposto pela teoria, permitem-nos dirigir nosso estudo, de forma mais aprofundada, ao analisarmos os componentes afixais. Não assumimos um compromisso com a complexidade e totalidade da proposta teórica (e, portanto, não aprofundaremos a discussão quanto às características que acabamos de apontar no modelo), senão naquilo que afeta diretamente o estudo dos prefixos, bases e sufixos.

Para tanto, localizamos estes constituintes no componente lexical da gramática, mencionando a organização do léxico assumida pelo Modelo, enfatizamos o seu papel na construção dos termos denominativos e, então, identificamos como eles são constituídos.

A Morfologia Construcional leva-nos ao reconhecimento de diferentes *status* dos segmentos afixais dos termos do léxico atestado. Se tais segmentos trazem informações específicas, atendendo às condições que os incluem no inventário de itens lexicais do Componente de Base, então estamos diante de um “sufixo”, identificado como uma entrada lexical afixal. Se, diferentemente, o segmento em questão não apresentar outras informações que não sejam sua representação fonológica, ainda que com aparência de sufixo (e mesmo sendo um segmento homônimo a um sufixo da língua), ele não passa de mera “terminação” de palavras e não é inventariado no Componente de Base.

Objetivando o aprofundamento da Tese proposta, o capítulo em questão fornece suporte teórico para o capítulo que discute os mecanismos de construção dos denominativos comerciais. No processo de construção dos termos complexos, observaremos a nomeação dos fármacos e a referencialidade que contribuem para o esclarecimento da relação semântica motivada que se estabelece entre o nome comercial e o objeto nomeado.

No próximo capítulo, estabelecemos processos metodológicos para a análise dos dados.

Capítulo 4

METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL

A Metodologia de análise dos dados tem por meta constatar quais elementos lexicais apresentam um significado previsível linguístico, que lhes é conferido pela estrutura morfológica, e estabelecer a existência de uma relação entre esse significado e a referência da unidade terminológica na área dos fármacos. Por serem, na sua maioria, os nomes de marca de medicamentos dados construídos, a produtividade neológica denominativa desses nomes permite verificar a tipologia de seus processos construcionais mais frequentes e a natureza das unidades constitutivas portadoras de significação.

De início, retomamos os princípios de delimitação da base e princípio de delimitação dos afixos, expostos à páginas 48, para constatar a fidelidade dos dados aos princípios, antes mesmo de analisá-los à luz das regras. Convém, igualmente, antes da análise dos dados, fornecer informações sobre as fontes de onde os dados foram extraídos.

4.1 As fontes

As obras escolhidas para recolha e seleção dos dados, objetivando a análise dos processos de construção dos nomes comerciais de fármacos e seus formativos, são o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas (DEF), com publicação bienal, nas edições 2008/2009 e 2012/2013, respectivamente 37^a. e 41^a. edições. Nessas obras, informações organizadas sobre a composição farmacológica, estrutura química e indicações terapêuticas podem ser consultadas por influírem diretamente na construção dos nomes de marca, objeto de estudo desta Tese. Também foi selecionado o Dicionário Terapêutico Guanabara (DTG), nas edições de 2010 e 2012, pela constante atualização no lançamento de novas marcas e pela apresentação de informações precisas da classe química, farmacodinâmica, farmacocinética e mecanismo de ação. Soma-se, ainda, o Guia de Medicamentos (GuiaMed), na segunda edição, por apresentar monografias completas sobre medicamentos

genéricos, similares e de marca e os respectivos laboratórios produtores por terem, muitos deles, nomes na construção dos denominativos comerciais de medicamentos.

Os dados são recolhidos a partir das obras anteriormente citadas: DEF, DTG e GuiaMed. Na seleção das unidades terminológicas denominativas, é observada, de acordo com o modelo teórico, a relevância dos aspectos morfológico, semântico e referencial. Elencado o princípio de que é a partir dos formativos - base e afixos - que o denominativo passa a significar e, objetivando o aspecto construcional do termo, são observadas as informações motivacionais e simbólicas dos formantes.

Na seleção dos dados, observamos as possibilidades de segmentação dos termos e como os segmentos adquirem estatuto de bases e afixos na estruturação dos denominativos. Assim, optamos por selecionar, na maioria, termos que tivessem origem latina ou grega, seja como unidade terminológica emprestada, seja como unidade terminológica constituída por elementos formativos - base e/ou afixos - de origem greco-latina.

4.2 Método utilizado na análise dos dados

Os processos composicionais e derivativos serão o ponto de partida da análise ao observarmos a concepção de unidade complexa não construída no Modelo SILEX de Corbin (1987), como uma unidade não passível de análise por meio de uma RCP, mas por meio de uma regra de estrutura interna (REI), que analisa as unidades parcialmente associáveis em termos morfossemânticos, tendo em vista ser possível a identificação de, ao menos, um constituinte, ou na categoria base ou na categoria afixo.

Optamos por numerar, ao longo da pesquisa, não os dados, mas as ocorrências de análise dos aspectos morfológico, semântico e referencial, explicitando as possibilidades de segmentação dos termos e como os segmentos adquirem estatuto de bases e afixos na estruturação dos denominativos e como adquirem significado. Esse procedimento justifica a repetição de muitos dados ao enfatizarmos os mecanismos de construção conjunta da forma e do significado.

Na análise da estrutura morfológica dos termos complexos, observaremos as RCPs, com as estruturas morfológicas de prefixação, de sufixação, de circunfixação, de composição e de base simples.

1. Prefixação [(Y)_{af} [X]_c]TC
2. Sufixação [[X]_c (Y)_{af}]TC
3. Circunfixação [(Y)_{af} [X]_c (Y)_{af}]TC
4. Composição [[X_a]_c [X_b]_c]TC
4. Base simples [[X]_c]TC

O modelo em sua versão mais recente, de 1991, expande-se e assume-se não somente como um modelo de morfologia derivacional, mas como um modelo de morfologia construcional, capaz de lidar com fenômenos relacionados ao tratamento da semântica e da referência das palavras construídas por meios morfológicos e não-morfológicos.

Na análise dos termos complexos, será observado, na composição de novas unidades denominativas, o apagamento de segmentos de uma base construída ou não-construída, segundo Corbin (1987, p. 341), ou seja, a regra de truncamento. Os segmentos formativos – bases e prefixos – serão analisados considerando o valor semântico sugestivo de que são portadores na construção do termo denominativo, tendo em vista as regras de construção de palavras do português.

4.3 Metodologia para análise dos dados

Observado o aparato epistemológico e linguístico desenvolvido por Corbin (1987, 1991) que fundamenta esta Tese, com o intuito de explicar a estrutura interna das unidades terminológicas complexas, observamos primeiramente os processos construcionais. Tendo em vista a aplicação de RCPs, constatamos que o modelo associativo e estratificado permitiu-nos verificar as bases possíveis na construção dos termos e a adição de afixos por meio de truncamento e regras de integração paradigmática. Assim, observamos a estrutura morfológica e significado construídos conjuntamente em unidades terminológicas denominativas com formas emprestadas como em:

(41)Serenus [serenus]

(42)Lacrima [lacrima]

(43)Amplium [amplium]

(44)Essen [essen]

(45)Fastium [fastium]

Essas unidades terminológicas apresentam segmentos com estatuto de base, com forma e significado sobrepostos, denominadas, segundo Corbin (1987), de palavras simples, sem segmentação interna, mesmo sendo formas emprestadas. As denominações acima significam a partir da remissão referencial da aplicação medicamentosa. Assim, Serenus (ansiolítico) sugere tranquilidade; Lacrima (colírio), a produção quantitativa do lubrificante ocular; Amplium (antiparasitário) indica a amplitude de ação sobre os parasitas intestinais, e Essen (digestivo), verbo, em alemão, com significado de ‘comer’ que, como denominativo sugere a fácil digestão dos alimentos, ao contrário de Fastium (inibidor de apetite), que implica o fastio, sensação de saciedade alimentar.

Ao considerarmos que existem denominativos cuja estrutura interna e significado estão parcialmente sobrepostos, porque nem todos os constituintes pertencem à lista das entradas lexicais, estamos nos referindo ao que Corbin (1987) chama de palavras complexas não construídas. Esse tipo de construção é recorrente nos denominativos de fármacos, pois possuem uma estrutura interna segmentada, mas um dos elementos que a constitui não tem estatuto reconhecido. Primeiramente, selecionamos construções formadas por prefixação, em que às bases adjungem prefixos de origem grega ou latina:

a) Com prefixo grego:

(46) **Analgen** (antiálgico)

(47) **Endosalil** (antitérmico)

(48) **Antietanol** (combate ao alcoolismo)

(49) **Metamucil** (laxante)

(50) **Diadermina** (protetor epidérmico)

(51) Com prefixo latino:

(52)**Expectuss** (mucolítico)

(53)**Posdrink** (antiemético)

(54)**Retrovir** (antiretroviral)

(55)**Transpulmin** (expectorante)

(56) **Desfatigan** (suplemento nutricional)

Ao observarmos os prefixos e bases na estruturação dos nomes comerciais de medicamentos, constatamos que estes segmentos morfológicos emprestam ao denominativo valores de significação, os prefixos adquirem valor semântico a partir das bases a que se ligam. Constatamos que a ação a que se destina o fármaco sugere um valor referencial significativo maior ao nome da marca. O somatório de bases e prefixos gregos permitiram a construção semântica dos denominativos

(57) **Sinaxial** (para distúrbios cerebrovasculares),

(58) **Cataflam** (anti-inflamatório),

(59) **Disgren** (antiagregante plaquetário),

(60) **Epidermil** (corticoesteroide de uso tópico),

(61) **Hipoderme** (protetor dérmico);

como também prefixos latinos na formação das marcas

(62) **Inobesin** (inibidor de apetite),

(63) **Multivac** (dessensibilizante),

(64) **Renutrin** (antianêmico),

(65) **Supervit** (vitaminas),

(66) **Trifibra Mix** (alimento dietético),

(67) **Ultraproct** (anti-hemorroidário).

Mesmo a composição não sendo parte do modelo SILEX, os dados se apresentam fortuitos para essa análise. Assim sendo, o processo de composição passa a constituir a seção seguinte de análise.

Ao considerar o processo de composição, encontramos termos cujo segmento - base - é de origem estrangeira, especialmente greco-latina, enquanto em outras unidades terminológicas é uma forma autóctone. Essa alternância mórfica estabelece, na nomeação dos fármacos, uma relação perfeitamente transparente entre a sincronia e a diacronia e pode ser verificada em marcas de descongestionante nasal como:

(68) **Narix**, (69) **Narizima**,

(70) **Nasoflux**, (71) **Nasopan**,

(72) **Rinoben**, (73) **Rinosoro**, (74) **Rinoflux**.

Nos dados citados, o segmento terminal dos termos tem função de fechar o nome comercial. As terminações -zima (69), -pan (71) e -ben (72) são segmentos tomados a partir de elementos químicos que entram na composição dos fármacos, respectivamente, cloridato de liso**zima**, **pantenol** e cloreto de **benzalcônio**.

Na terminologia nomeativa dos fármacos, é comum bases não autônomas de origem grega que se integram à língua por intermédio do latim. Assim encontramos os denominativos broncodilatadores e antitussígenos

(75) **Broncosedol**,

(76) **Broncotussan**,

(77) **Bronquimucil**;

(78) **Expectomel**,

(79) **Expectussin**;

os antiálgicos

(80) **Analgen**,

(81) **Analgin**,

(82) **Analges**,

(83) **Dolamin**;

os anti-infecciosos otológicos

(84) **Oto-Cer**,

(85) **Otolin**,

(86) **Auritricin**.

O modelo associativo apresenta a construção conjunta da forma e sentido para as palavras construídas, mas nos nomes comerciais de fármacos percebemos que os formativos apresentam uma sugestão semântica maior pela associação feita entre eles e a indicação prescritiva do medicamento. Nesse sentido, as bases remetem a uma referencialidade mais ativa do denominativo e faz com que haja motivação do sentido sobre a forma, ou seja, valorização semântica dos itens lexicais formativos, o que se verifica nos termos complexos seguintes, observadas a base e a indicação de ação do medicamento:

(87) Anestesiol (anestésico tópico)

(88) Higienex (adstringente tópico)

(89) Ascaridil (antiparasitário)

(90) Asmax (antialérgico)

Na criação de marcas, em especial dos fármacos, verifica-se a supremacia do sentido na construção do nome e sua referencialidade. A associação semântica que antes dependia da RCP, está agora, na fase mais atual do modelo de Corbin (1991), delegada aos itens afixais, os quais influenciam o sentido novo do termo. Com os denominativos comerciais não é diferente; muitos remontam à etimologia e a partir dela passam a significar, o que se constata na base grega dos termos a seguir:

- (91) Hepato-Flux (hepatoprotetor)
- (92) Gastroplus (digestivo)
- (93) Mioflex (relaxante muscular)
- (94) Cardizem (antiarrítmico)
- (95) Proctil (anti-hemorroidário)

As bases *hepato-*, *gastro-*, *mio-*, *cardi-*, *proct-* anunciam que órgão sofrerá a ação da droga e prenunciam um valor semântico para o termo complexo. Esses denominativos constituem-se em estruturas analisáveis uma vez que na sua construção foi possível uma estrutura morfológica e uma interpretação semântica associável, mesmo que sugestiva. Em (91) e (93), há o acréscimo de bases reduzidas por truncamento, respectivamente, flux[o] e flex[ível]; em (92), (94) e (95) as terminações -plus, -zem e -il têm função de fechar o termo complexo.

O que mais observamos na denominação de marcas comerciais de medicamentos é a manipulação morfológica. Além de bases e prefixos analisáveis importados do grego e do latim para formação de termos complexos, a grande maioria dos denominativos são construídos de bases não autônomas, ou seja, segmentos morfológicos que entram na construção de termos compostos por meio de adaptações ortográficas e silábicas, como em:

- (96) Alcamag (antiácido)
- (97) Alu-Mag (antiácido)

Em (96) a construção de termos resulta de segmentos tomados dos componentes da fórmula: hidróxido de **al**[umínio], carbonato de **cá**lcio e

hidróxido de **magnésio**; o mesmo se opera em (97), pelos segmentos iniciais de **alumínio + magnésio**.

A construção dos denominativos de fármacos intensifica, de modo geral, os processos de composição e derivação e faz aumentar a criatividade e o nível de inovação na área. O termo complexo (98) Benapen evidencia uma adaptação do sistema lexical ao processo neológico denominativo ao combinar os formativos Ben + a + pen, oriundos do composto químico **ben**[zil]**pen**[icilina].

Ao analisarmos os dados e observarmos os processos aditivos e supressivos na construção dos nomes comerciais de medicamentos, seja por composição, seja por derivação, discutidos, principalmente, no quarto capítulo, foi possível verificarmos a adaptação do sistema lexical ao processo neológico denominativo. Utilizando-se, na análise, de regras menores (truncamento e inserção de elementos de ligação), afixos (prefixos e uma terminação comercial (TC)) e de bases apocopadas e sincopadas, identificamos as seguintes matrizes denominativas :

MATRIZ	FORMANTES	DENOMINATIVO
1. Base simples	lacrima	Lacrima
2. Base + base	ferro+tônico	Ferrotônico
3. Base + base apoc.	cravo + espin[ha]	Cravo-Espin
4. Base + terminação	ouvido + (-ol)	Ouvidol
5. Base apoc. + base	max[ima] + pax	Max-Pax
6. Base apoc. + base apoc.	alu[mínio] + mag[nésio]	Alu-Mag
7. Base sinc. + terminação	a[zitrom]icina + (-ax)	Zitromax
8. Prótese + base apoc.	(hipo-) + derm[e]	Hipoderm
9. Base apoc. + terminação	higien[e] + (-ex)	Higienex
10. Base apoc. + terminação	mico[se] + (-less)	Micoless
11. Base apoc. + síncope	Energ[ético]+o+com[plex]o	Energoplex
12. Prótese + base apoc.+terminação	(epi-) + derm[e]+ (-il)	Epidermil
13. Apoc. +apoc. +apoc.	al[umínio]+cá[lcio]+mag[nésio]	Alcamag
14. Prótese + apoc.+ apoc	poli+miner[ais]+vit[aminas]	Poliminervit

Ainda considerando algumas matrizes citadas, encontramos formas importadas do latim, do grego, do inglês, em denominativos como

(98) Anthelios;

- (99) Hydroplus,
- (100) Rectanus,
- (101) Biocord,
- (102) Monocord,
- (103) Clearsil,
- (104) Noacid,
- (105) Cor Mio,
- (106) SunMax,
- (107) Diabetic,
- (108) Bonecal,
- (109) Enterolax,
- (110) Uro-Teutrin,
- (111) Pneumogripe,
- (112) Stetic.

Bases não autônomas estão presentes em

- (113) Oftcor,
- (114) Otocor,
- (115) Lipofag,
- (116) Metamucil,
- (117) Micocid.

Na análise da estrutura interna dos termos complexos, encontramos um grande número de unidades morfolexicais (bases e afixos) de origem estrangeira, especialmente greco-latina. Participam da construção dos termos complexos as bases não autônomas obedecidas as regras de integração interna. Ressaltamos o emprego frequente na área da inserção de uma terminação comercial, segundo Leblanc e Bergeron (2001), denominada de sufixo comercial, pois tem a função única de fechar a construção do termo.

Capítulo 5

MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DE NOMES COMERCIAIS DE MEDICAMENTOS: ANÁLISE DOS DADOS

A construção de palavras é uma área da atividade linguística cujo funcionamento envolve todas as demais áreas da língua. Ela está em relação com a lexicologia, porque é no léxico, compreendido como repositório de entidades lexicais passíveis de construir novas palavras, que ela vai buscar a matéria-prima de que se serve para dar origem a novos produtos lexicais.

À medida que a produção de novas palavras implica a emergência de estruturas lexicais que envolvem a participação e combinação de bases e entidades afixais, entram em conexão a morfologia, a morfossintaxe e a semântica. A partir do momento em que esses produtos lexicais estão a serviço de áreas específicas do conhecimento para veicular novas tecnologias pela ação de forças mercadológicas e do poder dos meios de comunicação de massa na divulgação de novos termos, a Neologia tem-se tornado um campo onde os estudos linguísticos são profícuos, como afirmamos no capítulo 2 e constatamos em dados analisados nos capítulos 2, 4 e 5. Com o fim de elucidar como se processa a criação denominativa dos fármacos, discutimos nas seções seguintes a tipologia dos meios de construção desses termos.

5.1 Tipologia dos mecanismos de construção

Na área dos medicamentos, os nomes de marca - os termos - adquirem valor referencial ao denominarem os medicamentos e na construção estão presentes processos morfológicos comumente irregulares. Tradicionalmente, a escolha da marca de um medicamento é associada ao nome do princípio ativo, à doença, aos benefícios promovidos pela medicação, ou uma combinação de parte ou de todos esses critérios. Nos últimos anos, contudo, a criatividade dos laboratórios tem extrapolado esses critérios como forma de colocar seus produtos em evidência. No caso dos genéricos, não há alterações evidenciadas, uma vez que o produto é identificado pelo princípio ativo.

Por ser signo linguístico e ter o conteúdo relacionado a uma área de especialidade e a uma situação de uso, o nome de marca, em farmacologia, pode ser analisado sob diferentes aspectos. Os nomes comerciais, embora guardem características que lembrem a empresa, têm uma preocupação mercadológica e procuram melhor estabelecer uma relação imediata entre conceito e objeto conceituado.

Uma produtiva análise léxico-terminológica dos mecanismos de construção de marcas de medicamentos é verificada por meio de paradigmas morfológicos como a composição e a derivação. Constatamos uma grande produtividade de elementos constitutivos gregos e latinos presentes no vocabulário da medicina que emprestam aos nomes comerciais de fármacos elementos eruditos como em (118) Tonocard -tono (do grego tônus) + card (do grego cárdia). Nesse sentido, as denominações comerciais formam um conjunto que obedece a um sistema linguístico pelo sentido e papel especializados que são atribuídos aos seus formativos.

5.2 Os processos derivacionais aditivos

Os processos aditivos pressupõem a construção de nomes comerciais a partir de uma base e afixos. Procura-se, nessa construção, obter uma estrutura mais transparente possível entre a forma e o sentido, mesmo que esse sentido seja motivado. Ao contrário dos nomes comuns que sugerem significação, os nomes de medicamentos devem ser ricos no plano simbólico. Ao denominar, eles devem transmitir uma mensagem sobre o referente, sua natureza, suas qualidades. De forma sugestiva, deve evocar funcionalidade sem descrevê-la, evocar as propriedades do medicamento sem enumerá-las. Embora seja um nome próprio, ao ser analisado por esse viés semântico, vemos que não é um designador rígido. Ele denomina e sugere e, nesse sentido, analisamos seus constituintes nesta Tese. Dos processos aditivos fazem parte a prefixação e a sufixação.

5.2.1 Prefixação

A prefixação é um processo de formação morfológica extremamente produtivo no português e que propicia a inovação lexical. Ao unir-se a uma base, o prefixo exerce a função de acrescentar-lhe variados significados:

“grandeza, exagero, oposição, pequenez, repetição”. Como não há unanimidade, na língua portuguesa, quanto ao número e à natureza dos morfemas prefixais, trataremos como prefixos as partículas independentes ou não-independentes que, antepostas a uma base, atribuem-lhe uma ideia acessória e manifestam-se de maneira recorrente, em formações em série.(ALVES, 2007, pp.14-15). Como exemplos de Termos Complexos (TC) e sua construção morfológica por prefixação, conforme o modelo $[(Y)_{af}[X]_c]$ TC, exposto às páginas 49 e 56, temos:

(118) [(an) [fertil]]TC

(119) [(an) [algen]]TC

(120) [(anti) [gripine]]TC

Correia & Lemos (2005, pp 30-31) atribuem ao prefixo as seguintes características: a) ocorre sempre à esquerda da base; b) corresponde frequentemente a antigas preposições e advérbios latinos e gregos; c) tem um conteúdo semântico menos gramatical (e concomitantemente mais facilmente perceptível) do que o sufixo, levando por vezes a situações em que é difícil distinguir entre prefixos e elementos de composição. As autoras afirmam, ainda, que a prefixação pode ser organizada em torno de três eixos semânticos: 1) negação, oposição, privação; 2) localização espaço-temporal; 3) quantificação, intensificação, avaliação. E, nesse sentido, muitos prefixos serão aqui observados.

A força comunicativa do prefixo pode ser percebida em muitos nomes comerciais, a partir de sua ação farmacológica, quando o elemento prefixal mantém seu conteúdo semântico e empresta ao radical uma nova significação. Em (121) Anfugine, com ação fungicida, o prefixo grego *an-* mantém seu valor negativo, o mesmo valor se mantém em (122) Anfebril, Anfertil, (123) Anador; Analgen, (124) Anartrit, em (125) Antifebrim, (126) Antietanol do prefixo *anti-* se depreende o valor semântico de “em oposição a”, “contra”.

Podemos afirmar que os seguimentos prefixais dos termos complexos acima podem ser listados entre as entradas afixais marcadas pela categoria

[afixo], pois mantém com as bases a mesma relação categorial e semântica, o que possibilita a construção de novos termos complexos e fundamenta o princípio da delimitação do afixo.

Em (127) Expectil, com ação expectorante, o prefixo *ex-* mantém o valor significativo de “movimento para fora”. Em (128) Bi-profenid, o prefixo *bi-* indica que a medicação (em forma de comprimido) apresenta duas camadas do princípio ativo cetoprofeno. Em (129) Minipress, o prefixo *mini-* indica ‘muito pequeno’ e *-press* advém de “pressão” por meio de uma apócope. Também em (130) *ProHair*, (131) *Poslov*, (132) *Anthelios* os prefixos indicam, na sequência, “a favor de”, “após” e “contra”. Na construção dos nomes de marca citados, pode-se perceber a manutenção de sentido do prefixo emprestada à base a que se ligou, o que não acontecerá com o sufixo.

5.2.2 Sufixação

Como os nomes de marca são criados com o objetivo de serem atraentes e de fácil memorização, os sufixos que entram na formação do nome comercial de medicamentos passam a constituir, graças à linguagem da publicidade, um conjunto de terminações que, segundo Leblanc e Bergeron (2001)⁶, “vão perdendo o valor de distinguir categorias gramaticais e passam a ter a função de fechar um nome e dar-lhe valor comercial”.

Foi observado em Monteiro (2002), Houaiss (2001); Faria (1998) que, em muitos casos, os formantes mantêm significação e sua origem pode ser identificada em nomes comerciais como (133) *Hepatogenol*, (134) *Rinoflux*, (135) *Sinustrat*, em que bases grega e latina permanecem significativas. Podemos afirmar que atendem os princípios de delimitação da base apresentados à página 49.

6.. Benoît Leblanc e Annie Bergeron. Texto original *La suffixation commerciale: pistes de description*. Trad. acadêmica para o português de Enilde Faulstich para uso em sala de aula.

Os sufixos, em geral, alteram a categoria gramatical do radical a que se agregam, mas, com relação aos nomes comerciais, esta função se perdeu. Para Leblanc e Bergeron (2001)⁷,

[...] essas terminações, embora sem valor semântico em alguns casos, adquirem valor comercial, e por se tratar de terminações em área de especialidade, adquirem caráter científico...”. Ele não concorda com a afirmação de que sufixos comerciais parecem não ter conteúdo semântico; na origem, alguns desses sufixos tinham uma significação precisa que se diluiu com o tempo.

Em nomes comerciais com o (136) Acnezil, (137) Aliviol, (138) Alrex, (139) Targifor, (140) Tecnotax, (141) Marcoumar, os sufixos -il, -ol, -ex, -or, -ax, -ar, são meramente terminações comerciais. Em (142) Acidex, (143) Taxilan, pode-se perceber que os formantes -ex e -an, antes prefixos significativos, assumem, agora, o caráter de apenas fechar um nome, ser uma terminação comercial. Quando os dois processos se fazem presentes no nome de marca (144) Ancoron, um antiarrítmico do laboratório Libbs, a construção se dá pelo processo de circunfixação, onde o prefixo *an-* indica negação em relação à base -*cor-*, embora -on seja mera terminação comercial.

Considerando, ainda, as terminações comerciais, muitas denominações medicamentosas são construídas a partir do nome da enfermidade sobre a qual devem atuar e, mesmo assim, seguem o modelo Sufixação [[X]c (Y)af]TC, que já apresentamos nas páginas 49 e 56 , tais como:

- (145) Bronquidex (Farmalab) – ação nos brônquios;
- (146) Varizin (Herald’s do Brasil), Trombofob – antivaricoso;
- (147) Herpex (União Química) – antivirótico tópico;
- (148) Vertix e Vertizine (Aché) – antivertiginosos,
- (149) Ossopan (Aché) - recalcificante,

7.. Benoît Leblanc e Annie Bergeron. Texto original *La suffixation commerciale: pistes de description*. Trad. acadêmica para o português de Enilde Faulstich para uso em sala de aula.

- (150) Sarnodex (Bunker) – sarnicida
- (151) Acidex (Herald's) – antiácido;
- (152) Asmax (Ativus) – antialérgico,
- (153) Ascaridil (Cilag) e Vermirax (J & J OTC) – antiparasitário,
- (154) Verrux (Novaquímica) – queratolítico.

O mesmo observamos nas marcas

- (155) Obesidex,
- (156) Laxan,
- (157) Expectil,
- (158) Sanador,
- (159) Fungol,
- (160) Vertix.

Outras, porém, são nomeadas a partir do órgão ou parte do corpo onde vão atuar, como

- (161) Cardizen,
- (162) Vasopril,
- (163) Anusol,
- (164) Hepatobyl,
- (165) Dermodex,
- (166) Estomazil,
- (167) Uterovarol,
- (168) Enterolax,
- (169) Sinustrat,
- (170) Cefalium.

Mas o processo de derivação pode apresentar construções distintas na formação dos fármacos, como se vê a seguir.

5.2.3 Derivação sintagmática

Muitos medicamentos têm na base da criação uma marca já existente acrescentando-se a ela um qualificativo (letras, cifras), ou substituindo o princípio ativo por outro, ou acrescentando a ele um ou outros princípios ativos. Esse processo é o que Guilbert (1975, p.221) denomina de derivação sintagmática. Pode-se dizer que é uma espécie de sinonímia e permite uma

renovação lexical quando o fabricante julga renomear o medicamento para responder ao imperativo comercial ou assinalar uma nova apresentação do fármaco. Nesse sentido, a derivação sintagmática é privilegiada porque apela a elementos já conhecidos e respeita o princípio da economia linguística. Esse é pouco utilizado em nomes comerciais de medicamentos, mas pode ser constatado quando a expansão ou substituição decorre de uma mudança quantitativa de um princípio ativo ou pela apresentação farmacêutica diferente: comprimido, solução oral, como em:

(171) Alcachofra composta (Farmamédica)

drágea (100mg + 50mg + 50mg + 100mg + 60mg)

cx. c/ 30 ou 100

extrato de alcachofra, extrato de jurubeba, extrato de boldo, sulfato de magnésio, colina, sorbitol.

(172) Alcachofra composta (Lessel)

Solução oral fr. c/ 30ml

Alcachofra, boldo.

(173) Alcachofra natural (Ima)

Comp. 300mg emb. c/ 150

Extrato seco de alcachofra

Em nomes comerciais de medicamentos não é um processo muito produtivo, uma vez que a denominação comercial não favorece nomes extensos. O que pudemos constatar foi a expansão quanto à apresentação farmacêutica e associação de componentes à fórmula do medicamento, como em:

(174) Analgex C injetável (União Química)

(175) Adantol Geleia (Asta Médica)

(176) Kitapen AP anticatarral(Dansk Flama)

(177) Calcium Sandoz + vitamina C (Novartis)

(178) Atatosse Balsâmico (Windson)

(179) Hipoglós com Hidrocortizona (Procter& Gamble)

(180) Bricanyl Composto Expectorante (Astra)

(181) Tricálcio com Fluor (Bergamo)

(182) Calcigenol Irradiado (Hoechst MR)

- (183) Limão Bravo com Vitamina C (Cazi)
- (184) Clenil Forte Spray (Farmalab)
- (185) Clofenac Gel (Medley)
- (186) Vetergan Zinco Plus (Marjan)
- (187) Xylestesin viscosa (Cristália)

Há certos elementos de expansão como *plus*, *extra forte*, *composto*, que apresentam valor semântico. Embora discretos no seu sentido, desempenham papel distintivo no que se refere ao medicamento. O princípio ativo presente no (188) Buscopam é a escopolamina; em (189) Buscopam Composto, há a adição de dipirona; em (200) Buscopam *Plus*, a adição de paracetamol. Esses elementos indicam muito objetivamente uma mudança em relação a um produto de base e organizam hierarquicamente uma linha de medicamentos.

Esses denominativos exemplificam a construção de unidades terminológicas em que predicadores estabeleceram a expansão sintagmática de uma base significativa, embora tal processo seja mais comum em nomes genéricos.

5.2.4 Derivação paradigmática.

O nome de marca Tylenol é construído a partir do nome químico N-acetyl p-aminophenol. Por meio de aférese, os segmentos **-tyl** e **-enol** são tomados ao nome químico para construção do denominativo Tylenol. Quando uma característica ou um ou novos princípios ativos se juntam ao medicamento de base, os sintagmas geram derivações paradigmáticas que se manifestam pela substituição de um dos elementos formadores do termo. São exemplos:

- (201) Tylenol 750 mg
- (202) Tylenol Sinus
- (203) Tylenol AP
- (204) Tylenol DC

O que constatamos é que a expansão do sintagma se dá pela modificação na quantidade do princípio ativo no fármaco. Em (201), a quantidade do princípio ativo (paracetamol) é de 750 mg; em (202), é de 1000mg mais 75mg de pseudoefedrina (descongestionante nasal); em (203), a quantidade é de 1200mg

– por isso sua ação prolongada; em (204), a concentração é de 1000mg mais 25 mg de cafeína, específico para dor de cabeça. Dessa forma, os fabricantes tiram proveito da reputação de uma marca conhecida e a renomeiam, mantendo a fidelidade e sensibilidade do consumidor.

As letras que se somam ao termo nuclear como elementos de composição têm uma significação precisa, mas pouco transparentes. Estes determinantes estão presentes em (205) Claritin D (descongestionante), (206) Sorine H (hipertônico), (207) Sorine SSC (sem substância constritora), (208) Aspirina C (mais vitamina C), (209) Benicar HCT (hidroclorotiazida), (210) Biofenac DI, (dispersível) (211) Biofenac LP (longo prazo). É preciso rigor no trato da regulamentação das marcas quando se desenvolve um novo produto a partir de um medicamento de base, pois muitas vezes, a fórmula é modificada na nova marca com acréscimo de apenas um sintagma, como nos itens (20201), (3) e (204), na marca Tylenol, anteriormente analisada.

5.3 Processos composicionais

Os processos de formação de palavras têm se tornado comuns no campo da Terminologia. Na área dos fármacos, no que se refere à denominação comercial dos medicamentos, constata-se uma inovação neológica formal constante por meio de processos irregulares na construção dos denominativos.

Embora submetido, comumente, a truncamento de segmentos, o nome de marca não é desprovido de propriedades semânticas, pois à sua morfologia composicional se alia a transparência dos seus elementos constitutivos. É uma criação motivada que objetiva atingir o imaginário do usuário e, assim, construir valor semântico.

A composição é a união de duas bases, as quais podem estar aglutinadas, justapostas ou separados por um traço de união. Ao se justaporem, algumas bases podem sofrer alterações ortográficas para atenderem ao processo de composição. Esse meio de construção de termos pode ser verificado nas marcas comerciais seguintes:

(211) Sedagripe – termo construído a partir de uma base verbal e uma nominal: [seda + gripe]. O mesmo paradigma morfológico está presente na construção da medicação Cessatosse.

(212) Rinosoro – formado por duas bases nominais [rino + soro], como também Ferrotônico [ferro + tônico].

Deve-se ressaltar, ainda, que formas emprestadas preenchem uma das bases e motivam a construção de muitos denominativos comerciais de medicamentos, como em (213) Natusgel (natus (lat.) + gel (ing.)); (214) Bariotest (bário (port.) + test (ing.)). Há, ainda, construções composicionais em que o apagamento de elementos fonéticos ou o acréscimo deles ou de formas emprestadas é bem comum, não constituindo a terminação da segunda base um sufixo comercial, mas a redução de uma palavra construída, tais quais:

(215) Benziflex (benzi[damina] + flex)

(216) Benzitrat (benzi[damina] + trat[amento]);

(217) Nasoflux (naso + flux[o])

(218) Anemofer (anem[ia] + o + fer[ro])

(219) Dermocrem (derm[e] + o + crem[e])

(220) Killgrip (kill + grip[e])

(221) Bonecal (bone + cál[cio])

Marcas existem que têm as bases unidas por um traço, como no antitussígeno (222) Bronco-Ped, com truncamento do segundo elemento da composição (ped[iátrico]); (223) Hepato-Flux, com supressão do segmento final de hepát[ico] e do fonema final da base flux[o]; (224) Alu-Mag, cuja fórmula é um composto de alu[mínio] e mag[nésio] e a denominação da marca foi construída com os segmentos iniciais de cada elemento químico. São, ainda, exemplos:

(225) Cravo – Espin (Virtus), com apócope do segundo elemento da composição (**Espinha**);

(226) Pulmo-gripe (Bravos);

(227) Max-Pax (Sanus), com redução da primeira base **Máx**(ima);

(228) Vi-Cê (Novartis), ácido ascórbico, com apagamento de segmento final da primeira base (**Vitamina**);

(229) Uno-ciclo (Bioquímico) -anovulatório;

(230) Secni-Plus (Farmaquímica), antiparasitário composto do segmento inicial do princípio ativo **secnidazol** mais a forma emprestada Plus. Percebe-se, nas marcas citadas, a ação constante de regra de truncamento no reajuste do paradigma morfológico das formas compostas, ora da primeira base ora da segunda.

5.4. Processos supressivos: amálgama

Associadas à construção dos denominativos comerciais de medicamentos, vimos, em dados anteriormente analisados, operações redutivas e modificativas de segmentos mediais e finais, por meio da síncope e apócope, para a construção de denominativos, seja por prefixação, por sufixação ou por composição.

Por processo supressivo (síncope) do segmento medial, a marca (231) Peridal, do laboratório Medley, foi construída a partir do princípio ativo **domperidona** acrescido do sufixo comercial –al. A redução, por apócope, das duas bases que compõem o princípio ativo ‘**pidolato de magnésio**’, permitiu a construção da marca (232) Pidomag do laboratório Baldacci. Tais operações podem ser constatadas na construção do nome comercial (233) Lipitor que se faz a partir da perda do segmento final em **lipídios** acrescida do segmento -**tor**- tomado por síncope do nome do princípio ativo **atorvastatina**.

Na formação dos nomes anteriormente citados, há a combinação de segmentos morfológicos sugestivos de valor semântico com base na unidade lexical de onde foram tomados.

A formação de nomes de marca de medicamentos a partir do nome do princípio ativo é muito produtiva e, quanto menor for o denominativo maior será a possibilidade de memorização e, conseqüentemente, menor a margem de erro na prescrição médica. O nome (234) Azi vem da redução do princípio ativo **azi**[tromicina]; os antidepressivos (235) Nortrip e (236) Bup são resultado de apócope dos princípios ativos **nortrip**[ilina] e **bup**[ropiona], respectivamente. O mesmo acontece com o broncodilatador (237) Bamifix, do laboratório Farmalab, cuja denominação é uma redução do nome do princípio ativo **bamifi**[lina], com uma terminação comercial. Embora os denominativos comerciais sejam um

nome próprio, não são um designador rígido; eles denominam a partir do somatório dos seus formantes e assim passam a significar.

Um processo de criação de palavras muito fecundo na língua e também muito utilizado pela área de publicidade e que se verifica também com os fármacos é o “amalgama” que Sandman (1988, p.58) denomina de “cruzamento vocabular”. Nesse processo, há a redução das bases que compõem o léxico, ou apenas uma delas perde segmento mórfico para que haja o encaixe de uma outra base na formação do termo. Pode haver perda de segmento medial ou de segmento final dos itens A e B para a formação do termo C. Isto se observa em marcas como (238) Nausicalm (de **náusea** + **acalmar**); (239) Suplevit (**suplemento** + **vitamínico**); (240) Broncoflux (**brônquios** [do gr. *Bróghkhion*] + **fluxo**); (241) Dorilax (dor + **relaxante**); (242) Tensilax (**tensão** + **relaxar**); (243) Miorrelax (**mios** [do gr. *mûos, mios*] + **relaxamento**); (244) Hemofer (**hemós** [do gr. *haîma, atos*] + **ferro**). (ZANINI; OGA, 1997).

Na formação dos nomes comerciais citados, a ação de fenômenos fonéticos como a apócope (**náusea**, **suplemento**, **brônquios**, **fluxo**, **tensão**, **Mios**, **relaxamento**, **hemos**, **ferro**) e a síncope (**acalmar**, **relaxante**) determinaram a redução de duas unidades lexicais para a formação de um terceiro item – o nome comercial, embora a segmentação das partes não correspondam a cortes morfológicos naturais, não são morfemas. É um processo econômico, lúdico e criativo, uma vez que os elementos lexicais resultantes de A e B são encaixados para a formação de C, embora entre eles não haja nenhum vínculo semântico. Os termos construídos por este processo resultam de criatividade e necessidade comunicativa, comuns na veiculação dos nomes comerciais de medicamentos. Tais criações são muito utilizadas nas terminologias dos nomes comerciais de fármacos e funcionam como marcas registradas.

5.5 Nomes com formas emprestadas

Uma manifestação concreta da relação entre línguas é o empréstimo, um importante fenômeno no contato de línguas. Há empréstimo linguístico quando

um falante A utiliza uma forma linguística que existe para o falante B e que A não possuía.

Em decorrência de os norte-americanos dominarem grande parte do comércio ligado à tecnologia de fármacos, para Silva (2002); Stern (1999), muitos empréstimos de origem inglesa que designam marcas de medicamentos, como (245) *Noplac* (antiplaca dentária); (246) *Refry* (para resfriados); (247) *Soapex* (sabonete); (248) *Notuss* (antitussígeno); (249) *Uvless* e (250) *Sun Max* (filtro solar); (251) *Fresh Tears*, (252) *Hipotears Plus*, (253) *Lubrik* e (254) *Refresh* (colírios); (255) *Depress* (antidepressivo); (256) *Enjoy* (anticinetótico); (257) *Exit* (vasodilatador cerebral) são incorporados à língua. O que percebemos na formação desses nomes comerciais é que os elementos de composição são facilmente detectáveis. Como amálgamas, dada a transparência que assumem, fundamentam-se como um mecanismo relevante na denominação de nomes comerciais de medicamentos.

São também comuns formantes e bases de origem latina como

- (258) **Neosulin** (insulina),
- (259) **Prohair** (estimulante para crescimento capilar),
- (260) **Serenus** (antidepressivo),
- (261) **Natuscilin** (antibacteriano),
- (262) **Procor** (antiarrítmico),
- (263) **Naso Instil** (descongestionante nasal),
- (264) **Allium Sativum** (suplemento nutricional),
- (265) **Amplium** (antiparasitário),
- (266) **Fastium** (inibidor de apetite),
- (267) **Lacrima** (colírio);

e formantes e bases de origem grega em:

- (268) **Helmicin** (vermífugo),
- (269) **Miconal** (antimicótico),
- (270) **Hepatilon** (hepatoprotetor)
- (271) **Enterofigon** (hepatoprotetor),
- (272) **Androcur** (antiandrogênico),
- (273) **Dermovate** (corticosteroide de uso tópico),
- (274) **Otocilin** (antibacteriano),
- (275) **Macroten** (laxante),

(276) **Cefallium** (antiemética),

(277) **Gastrium** (antiulceroso),

(278) **Enterotonus** (laxante).

Os elementos – bases e afixos – de origem grega e latina, constituintes de unidades complexas – termos denominativos – mantêm, nos nomes de marca mencionados, o seu valor semântico. Por esse viés, podem ser considerados, na terminologia dos fármacos, no ato de nomear, elementos construídos que apresentam forma e significado.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, propusemo-nos a realizar uma análise léxico-terminológica de nomes comerciais de medicamentos com o objetivo de constatar quais elementos lexicais apresentam um significado previsível linguístico, que lhes é conferido pela sua estrutura morfológica, e estabelecer a existência de uma relação entre esse significado e a referência da unidade terminológica na área dos fármacos.

A fundamentação teórica, que se sustentou na Morfologia Construcional, precisamente no modelo estratificado e associativo de Corbin (1987), que considera que o significado resulta da construção conjunta da estrutura morfológica e da interpretação semântica dos termos construídos, revelou que o significado previsível é sugerido pela estrutura morfológica do denominativo, que é o nome comercial do fármaco.

Na construção dos termos complexos que nomeiam os fármacos, segmentos lexicais e bases não autônomas participam de processos composicionais e derivativos, porém constatamos que o aspecto semântico se sobrepõe ao aspecto formal a partir de descrições que indicam a que se destina o medicamento, qual sua ação sobre o organismo e que órgão será objeto da medicação. Somente a partir dessas descrições a unidade terminológica passa a significar.

Como nossa pesquisa investigou os processos de criação dos termos complexos, em especial os formados de afixos e bases de origem greco-latina, o Modelo de Corbin (1987), embora preveja uma análise sincrônica do léxico, permitiu identificar a natureza sígnica dos formativos e o sentido referencial a partir da correlação etimológica dos segmentos construtivos com a indicação do medicamento.

Constatamos também que a remotivação comercial de afixos em medicamentos com grande tecnologia permitiu verificar que prefixos mantêm seu conteúdo significativo inicial ao se tornarem formantes de nomes comerciais e que a motivação comercial faz com que os segmentos morfológicos finais, sem significação, tornem-se apenas terminações para fechamento dos denominativos.

Por fim, em relação aos fenômenos linguísticos frequentes na construção dos nomes comerciais de medicamentos, em especial o tratamento dos mecanismos de construção das marcas e o estabelecimento do sentido desses denominativos, concluímos que o significado do termo complexo é motivado pelas descrições que o termo sugere, uma vez que o sentido construído 'perpassa um conjunto de propriedades semânticas motivadas e sugeridas que o relacionam com aquilo que ele nomeia.

REFERÊNCIAS

ANVISA - Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, in www.anvisa.gov.br/, acessado em junho, julho, setembro de 2010; janeiro, março, abril de 2011.

ALVES, I. M. Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. Tese de Livre-Docência. São Paulo: USP, 2000.

_____. Neologismo : Criação lexical. 3.ed. São Paulo: Ática, 2007.

ARRAES, F.C.L. Empréstimos linguísticos do inglês, com formativos latinos, adotados pelo português do Brasil. Vol. 1 Tese de Doutorado, UNB, LIP, Brasília, 2006.

ARISTÓTELES, De Interpretatione. In <http://etext.lib.virginia.edu>; acessado em janeiro de 2010.

BARROS, Lidia Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOULANGER, J. C. La création lexicale et la modernité. Le langage et l'homme, vol. XXV n. 4, décembre- 1990.

BRITO, Adriano N. Nomes próprios: semântica e ontologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

CABRÉ, Ma. Teresa. Terminologia y modelos culturales. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1993.

CORBIN, D. Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique. 2 vols. Tübinga: Max Niemeyer Verlag, 1987

_____ Introduction - La formation des mots: structures et interprétations». In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1991, pp. 7-30

CORREIA, M.; LEMOS, L. S. P. Inovação lexical em português. (Cadernos de Língua Portuguesa 4). Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2005.

_____. CORREIA, M. Criatividade e inovação terminológica. (2004). In <http://area.dgidc.min-edu.pt>, acessado em agosto de 2011.

DICIONÁRIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS: DEF 2008/2009 – 37ª ed. – Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 2008.

_____ : DEF 2012/2013 - 41ª ed. – Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: FAE, 1985.

FAULSTICH, E. *Princípios formais e funcionais de variação em terminologia*. Seminário de Terminologia Teórica, Barcelona, 28-29 de janeiro de 1999.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, ed.USP, 1978, pp. 59-86.

GUILBERT, Louis, *La créativité lexicale*. Paris:Larousse, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed.Objetiva, 2001.

KOROLKOVAS, A. & BURCKHALTER, J. *Química Farmacêutica*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

KOROLKOVAS, A; FRANÇA, Francisco F.A. *DICIONÁRIO TERAPÊUTICO GUANABARA*. Ed.2004/2005. Rio de Janeiro : Ed. Guanabara Koogan . 2004.

LEBLANC, Benoît & BERGERON Annie. *La suffixation commerciale: pistes de description*. In *L'Actualité terminologique / Terminology Update*, Bureau de la

traduction / Translation Bureau, Travaux publics et Services
Gouvernementaux / Public, 2001. Trad. acadêmica para o português de Enilde
Faulstich para uso em sala de aula.

MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa. 3.ed. Campinas: Pontes, 1991.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à Linguística:fundamentos
epistemológicos . v. 3 – São Paulo : Cortez, 2004.

PETIT, Francisc. Marca e meus personagens. São Paulo : Futura, 2003

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao
português*. Porto-Portugal: Porto Editora, 1998.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin,
1984.

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro
contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor – Ícone, 1988.

SILVA, Penildon. Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

SILVA, Rosa Mattos. Tradição Gramatical e gramática tradicional.5ª. Ed. São
Paulo : Contexto, 2002.

SCHULER, Donaldo. *Mythos e Logos nos Diálogos Platônicos*. Letras Clássicas no. 2. São Paulo: Humanitas, 1998.

SOUZA, L.F. Platão Crátilo estudo e tradução. In: <http://www.slideshare.net> , 2010. acessado em janeiro 2011.

STERN, Arnold, *Farmacologia*. [Trad. de Ida Cristina GUBERT]. São Paulo: Ed: Manole,1999.

ZANINI. A. C., OGA.Seizi. *Guia de Medicamentos 1997/1998*. 2ª ed. São Paulo: IPEX Editora,1997.

STERN, Arnold, *Farmacologia*. [Trad. de Ida Cristina GUBERT]. São Paulo: Ed: Manole,1999.